



VICTOR ANDRADE DE MELO
VIVIAN DE OLIVEIRA
DIOGO SILVA DO NASCIMENTO
NEI JORGE DOS SANTOS JUNIOR

LAZER, ESPORTE E JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS



(EDITORAufmg)



**LAZER, ESPORTE E JOVENS
EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

GOVERNO FEDERAL

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Ana Moser

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor

Alessandro Fernandes Moreira

Pró-Reitora de Graduação

Benigna Maria de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Graduação

Bruno Otávio Soares Teixeira

Pró-Reitora de Extensão

Claudia Andrea Mayorga Borges

Pró-Reitora Adjunta de Extensão

Janice Henriques da Silva Amaral

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

Diretor

Gustavo Pereira Côrtes

Vice-Diretora

Tânia Lúcia Hirochi

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Chefe

Guilherme Menezes Lage

EDITORIA UFMG

Diretor

Flavio de Lemos Carsalade

Vice-Diretora

Camila Figueiredo

Conselho Editorial

Flavio de Lemos Carsalade (PRESIDENTE)

Ana Carina Utsch Terra

Antônio de Pinho Marques Júnior

Antônio Luiz Pinho Ribeiro

Bernardo Jefferson de Oliveira

Camila Figueiredo

Carla Viana Coscarelli

Cássio Eduardo Viana Hissa

César Geraldo Guimarães

Eduardo da Motta e Albuquerque

Élder Antônio Sousa e Paiva

Helena Lopes da Silva

João André Alves Lança

João Antônio de Paula

José Luiz Borges Horta

Lira Córdova

Maria de Fátima Cardoso Gomes

Renato Alves Ribeiro Neto

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi

Rodrigo Patto Sá Motta

Sergio Alcides Pereira do Amaral

Sônia Micussi Simões

CAED

Diretora de Educação a Distância da UFMG

Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Diretora Adjunta de Educação a Distância da UFMG

Maria das Graças Moreira

Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFMG

Sônia Maria Nunes Viana

VICTOR ANDRADE DE MELO
VIVIAN DE OLIVEIRA
DIOGO SILVA DO NASCIMENTO
NEI JORGE DOS SANTOS JUNIOR

LAZER, ESPORTE E JOVENS EM
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Belo Horizonte
Editora UFMG
2023

© 2023, Victor Andrade de Melo, Vivian de Oliveira, Diogo Silva do Nascimento, Nei Jorge dos Santos Junior
© 2023, Editora UFMG
Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

Coordenação Editorial

Jerônimo Coelho

Direitos Autorais

Anne Caroline Silva

Assistência Editorial

Eliane Sousa

Coordenação de Textos

Lira Córdova

Produção Gráfica

Warren Marilac

Produção Editorial/CAED-UFMG

Michel Gannam

Preparação de Textos

Lúcia de Salvo Oliveira

Revisão de Provas

Vinícius Fernandes

Projeto Gráfico

Setor de Design/CAED-UFMG

Formatação

Carolina Vilhena

Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão - FAFICH
TEL. 3409-6318

Ficha catalográfica

E77

Esporte, lazer e jovens em medidas socioeducativas [recurso eletrônico] / Victor Andrade de Melo...[et al.]. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2023.

1 recurso online (60 p. : il.) : pdf

Coleção EaD-UFMG

Outros autores: Vivian de Oliveira, Diogo Silva do Nascimento, Nei Jorge dos Santos Junior.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5858-065-2

1. Esportes. 2. Lazer. 3. Correção juvenil. 4. Políticas públicas. 5. Educação
I. Melo, Victor Andrade de, 1971-. II. Oliveira, Vivian de. III. Nascimento, Diogo
Silva do. IV. Santos Junior, Nei Jorge dos. V. Universidade Federal de Minas Gerais.
Centro de Apoio a Educação a Distância. VI. Série.

CDD: 370.116

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza – Bibliotecária - CRB-6/1390

Editora UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 | CAD 2 | Bloco 3

Campus Pampulha | 31270-901

Belo Horizonte-MG | Brasil

Tel. +55 31 3409-4650

www.editoraufmg.com.br | editora@ufmg.br

Centro de Apoio à Educação a Distância da UFMG (CAED-UFMG)

Av. Antônio Carlos, 6.627 | Unidade Administrativa III

Térreo | Sala 115 | Campus Pampulha | 31270-901

Belo Horizonte-MG | Brasil

Telefax +55 31 3409-5526 | ead@ufmg.br

NOTA DA DIRETORIA DO CAED

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) atua em diversos projetos de educação a distância, que incluem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, destacam-se as ações vinculadas ao Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED-UFMG), que iniciou suas atividades em 2003.

Primeiramente, o trabalho de apoio à educação a distância esteve ligado ao assessoramento da Reitoria e das unidades acadêmicas no credenciamento dos primeiros cursos de graduação na modalidade a distância (EaD) da UFMG no Ministério da Educação (MEC).

Posteriormente, o CAED passou a ampliar sua atuação em favor da institucionalização da EaD na UFMG, coordenando e assessorando o desenvolvimento de cursos de graduação, pós-graduação e extensão a distância; desenvolvendo estudos e pesquisas sobre EaD; capacitando profissionais envolvidos com a modalidade; promovendo a articulação da UFMG com os polos de apoio presencial; assessorando a produção de materiais didáticos impressos e digitais sobre EaD na UFMG e gerindo os recursos financeiros dos cursos.

Atualmente, o CAED tem se esforçado bastante para orientar e capacitar os agentes envolvidos nos cursos e demais ações a distância da UFMG para produzirem materiais didáticos e outros objetos de aprendizagem (animações, videoaulas, webconferências etc.), em consonância com as especificidades da educação a distância, de forma a permitir que essa modalidade de ensino possua o mesmo nível de excelência das demais atividades da universidade.

Nesse contexto, destacamos a parceria do CAED com a Editora UFMG, consolidada com a criação de um selo de qualidade EaD-UFMG. Assim, temos a honra de lançar esta obra, esperando que todos os leitores possam aproveitá-la ao máximo, inclusive entrando em contato conosco para sugestões, comentários e críticas.

Bons estudos!

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Confúcio. Retrato de Wu Daozi, domínio público. Disponível em: <https://bit.ly/3t7fmpz>.
Acesso em: 1º set. 2021. 44
- Figura 2 Templo de Confúcio em Beijing, China, março de 2012. Foto: Ana Paula Hirama
Disponível em: <https://ccsearch.creativecommons.org/photos/81569402-5a07-48b7-9f58-3d8ec4023405>.
(<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/>) 44
- Figura 3 Cilindro de Ciro. Foto: Prioryman
Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cilindro_de_Ciro#/media/Ficheiro:Cyrus_Cylinder_front.jpg
(<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>) 45
- Figura 4 Logomarca da ONU. Fonte: ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>.
Acesso em: 1º set. 2021. 48
- Figura 5 Reportagem utilizando termo já abolido segundo ECA. Fonte: G1. Disponível: <https://globo/3jw3dHz>. Acesso em: 1º set. 2021. 54
- Figura 6 Dimensões da medida socioeducativa. Fonte: Elaborada pelos autores. 55

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Unidade 1	
LAZER E ESPORTE: CONCEITOS	11
1.1 Introdução	11
1.2 Um pouco de história	11
1.3 Conceito de lazer	16
1.4 Interesses culturais	20
1.5 Duplo aspecto educativo do lazer	23
1.6 O esporte	26
1.7 Esporte, lazer e educação	30
Atividade 1	33
Unidade 2	
TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E LAZER	35
2.1 Introdução	35
2.2 Lazer e conhecimento local	36
2.3 Vulnerabilidade social e lazer	37
2.4 Lazer e medidas socioeducativas	39
2.5 Juventude e sujeitos sociais	40
Atividade 2	42
Unidade 3	
INTRODUÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	43
3.1 Introdução	43
3.2 Direitos humanos: um breve percurso histórico	44
3.3 A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e os tratados	47
3.4 Os direitos humanos no Brasil	50
3.5 Os direitos humanos para crianças e adolescentes no Brasil	51
Atividade 3	57
REFERÊNCIAS	59
SOBRE OS AUTORES	61

APRESENTAÇÃO

Prezado cursista,

Antes de iniciarmos, é importante situá-lo no âmbito no qual este curso se insere.

Este curso é parte integrante do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios. Esse programa foi criado pelo Decreto-lei nº 9.197, de 14 de novembro de 2017, com vistas à ampliação de políticas e ações sociais no estado do Rio de Janeiro, prioritariamente, nas áreas que necessitam de mais atenção e de ação imediata do poder público.

O programa tem o objetivo de prevenir e enfrentar a violência no estado do Rio de Janeiro, por meio de políticas e ações sociais implementadas de forma integrada e articulada. Ocorre de modo articulado entre os ministérios envolvidos no âmbito da administração pública federal e por meio da cooperação com o estado do Rio de Janeiro e de seus municípios.

Tal articulação promove a ampliação das seguintes políticas sociais: proteção social básica e especial; atenção à saúde; oferta de atividades educacionais; formação e qualificação profissional; atividades culturais e artísticas; atividades esportivas e de lazer; proteção de direitos humanos; garantia dos direitos das mulheres.

Para operacionalizar o programa, foi criado um comitê-executivo, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e composto por representantes de variados ministérios, entre eles, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério do Esporte.

Entre as competências do comitê-executivo, há três que nos dizem respeito mais especificamente e que orientam as ações que desenvolvemos, quais sejam:

1. formular e submeter à apreciação dos ministros de Estado propostas de ações, projetos e atividades relativas ao Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios relacionadas às suas áreas de competência;
2. supervisionar o planejamento e a execução de ações conjuntas de órgãos que atuem no âmbito do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios;
3. acompanhar e avaliar a execução do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios e adotar medidas para a mitigação de riscos.

Nessa perspectiva, no que tange às ações referidas ao Ministério do Esporte, o Projeto Esporte e Cidadania foi ampliado com o objetivo de democratizar e garantir o direito de acesso ao esporte e ao lazer para crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária de 6 a 21 anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou cumpram medidas socioeducativas nas unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ). Com essa ampliação, o projeto atenderá cerca de 15.600 pessoas, em 156 núcleos distribuídos por todo o estado do Rio de Janeiro.

Este curso visa apresentar e debater temas, cuja apreensão é fundamental para aqueles que irão atuar com o público-alvo, público-alvo que tem características semelhantes às acima citadas. Nesse sentido, importa discorrer acerca de temas relevantes e que estão diretamente ligados à ampliação do entendimento sobre uma atuação profissional comprometida com a garantia dos

direitos da pessoa humana e com os direitos de acesso ao conhecimento e à vivência do esporte e do lazer dessa camada da população.

Assim, é necessário refletir sobre questões ligadas aos direitos humanos, que incluem o direito à vida e à liberdade; à liberdade de opinião e de expressão; o direito ao trabalho e à educação, entre outros, atentando para o fato de que todas as pessoas merecem esses direitos, sem discriminação. Outra temática referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a Doutrina de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente Brasileiros. Imersos nessa compreensão, é necessário voltar às atenções para o território e para as territorialidades, aos quais o público-alvo de nossa ação está ligado social e culturalmente.

Com base na relação íntima desses temas e na sua capacidade de operacionalizá-los cotidianamente nos núcleos é que iremos qualificar as políticas públicas de esporte e lazer, em especial, o Projeto Esporte e Cidadania.

OBJETIVO GERAL

- Oportunizar um espaço de conhecimento, reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, estimulando práticas sociais fundamentadas no respeito aos direitos humanos, em especial aos adolescentes em conflito com a lei.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer conceito de direitos humanos;
- Conhecer a origem dos direitos humanos, seus princípios e valores, através de Normativas Internacionais e Nacional;
- Compreender a relação entre direitos humanos e cidadania;
- Assimilar os direitos humanos como processo de evolução social;
- Conhecer o significado dos direitos humanos enquanto direitos fundamentais e invioláveis para todo e qualquer ser humano;
- Conhecer os direitos humanos no atendimento socioeducativo;
- Conhecer como se organiza a Política para Adolescentes em Conflito com a Lei no Brasil.

Sucesso em seus estudos!

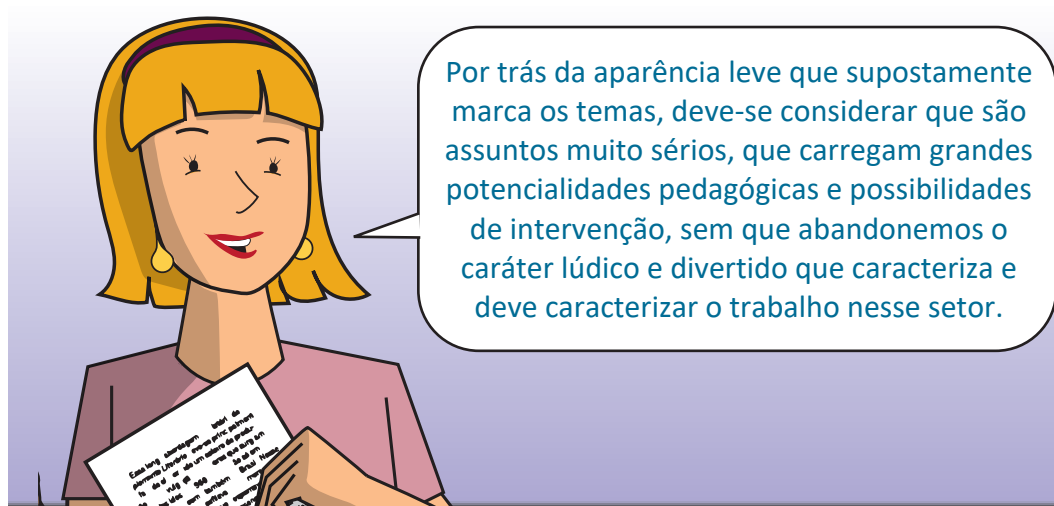
Unidade

1

LAZER E ESPORTE: CONCEITOS

1.1 INTRODUÇÃO

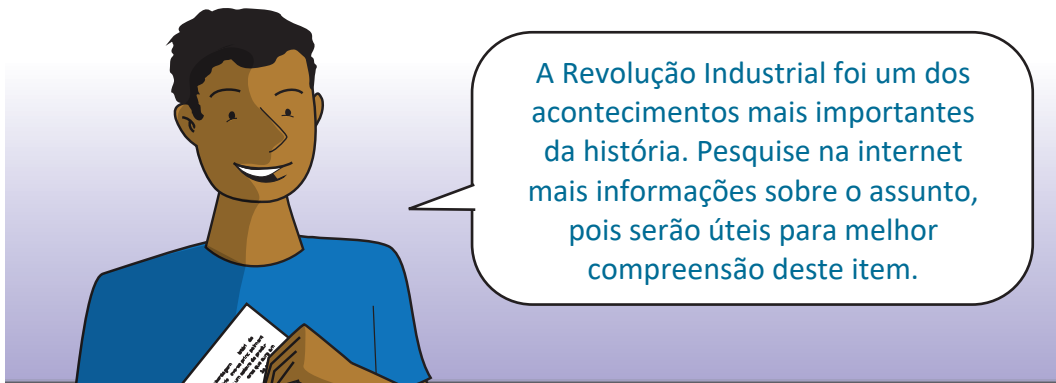
Nesta unidade, o objetivo é apresentar as definições básicas que lhe permitirão entender os desafios de trabalhar no âmbito do lazer e do esporte. Certamente, você já conhece esses termos e tem uma boa ideia do que se trata. Todavia, perceberá que há muito a considerar se desejarmos uma atuação de qualidade.



1.2 UM POUCO DE HISTÓRIA

A busca pela diversão é uma ocorrência que pode ser observada em praticamente todos os grupos humanos na história. Desde que os homens e mulheres se organizaram em sociedades cada vez mais complexas, os momentos de entretenimento ocuparam papel relevante. Todavia, no decorrer do tempo, foram modificando-se tanto o grau de valorização desses instantes quanto os seus sentidos e significados, isto é, aquilo que os divertimentos poderiam e deveriam representar para os indivíduos.

O que chamamos de lazer é um formato típico das diversões, que começa a se configurar no século XVIII, especialmente no Reino Unido, notadamente na Inglaterra. Naquele momento, houve uma série de mudanças políticas, econômicas e culturais que conformam uma nova configuração dos divertimentos.



A Revolução Industrial foi um dos acontecimentos mais importantes da história. Pesquise na internet mais informações sobre o assunto, pois serão úteis para melhor compreensão deste item.

Uma das chaves para entender tais mudanças em curso é a nova organização dos tempos sociais, notadamente em função da criação das fábricas. Deve-se ter em conta que somente foi possível o desenvolvimento do modo de produção fabril porque:

- a) conformou-se um novo grupo social que, não podendo obter lucros da posse de terras, como antes era usual, dedicou-se a novos empreendimentos;
- b) tal grupo dialogava muito com uma nova circulação de ideias pautadas na racionalidade clássica, típicas de um cenário onde havia mais liberdade para a reflexão e expressão;
- c) esse grupo era muito influenciado pelo puritanismo, uma tradição religiosa de origem protestante, que pregava o autocontrole em nome da devoção e tinha o trabalho como uma dimensão central da vida.

Constrói-se a ideia de que o trabalho é a atividade mais importante da vida, uma compreensão que interessa aos donos das fábricas, ávidos por grandes lucros. Vejamos que, no início do processo de industrialização, os trabalhadores atuavam muitas horas por dia, não raramente entre 12 e 16 horas. Praticamente, não havia dias livres nos fins de semana, tampouco qualquer direito trabalhista (férias, aposentadoria etc.). Essas conquistas somente foram possíveis pela própria auto-organização dos operários, pelas lutas e pressões que entabularam.

Há que se perceber a mudança que as indústrias ocasionaram no cotidiano dos indivíduos. Antes, seguiam de alguma forma o tempo da natureza. O ritmo de vida era determinado pelas peculiaridades do trabalho no campo. A fábrica “artificializa” o tempo de todos nós. Independentemente, se faz sol ou chuva, passa a haver uma hora certa de entrar na fábrica, de almoçar, de sair. Os seres humanos passam a seguir o ritmo do relógio, que é o mesmo da produção fabril.



SAIBA MAIS

Muitos filmes foram produzidos sobre as tensões que marcaram esse importante momento da história, fundamental no estabelecimento de parâmetros sociais que até os dias de hoje estão em vigor, mesmo com algumas transformações.

Sugerimos que assista a dois desses filmes e, se puder, debata-os com os colegas.

- *Tempos modernos*, de Charles Chaplin;
- *Germinal*, de Claude Berri, a partir de livro de Émile Zola.

Versões completas podem ser facilmente encontradas na internet.



PARA REFLETIR

Pense e reflita sobre as seguintes questões:

1. O que mudou daqueles dias para os dias de hoje?
2. Os trabalhadores são mais respeitados ou não?

Não foi fácil “convencer” os trabalhadores que eles deveriam se submeter aos sacrifícios do novo modelo de trabalho. Eles reagiram das mais diversas formas: quebrando máquinas, faltando ou burlando a jornada diária, produzindo menos do que era esperado, reivindicando. Nesse cenário, suas antigas práticas de diversão tornaram-se um problema para os donos das fábricas; de um lado, a dinâmica desses entretenimentos contrapunha a lógica de devoção que interessava aos mais poderosos; de outro, foram espaços privilegiados para a organização de contestações.

A grande ação passou a ser então combater os velhos costumes, propugnando sua substituição por atividades que interessavam mais aos que desejavam manter a desigualdade. Para tal, atuaram forças policiais e jurídicas, bem como mobilizaram-se influências religiosas, no sentido de que essas poderiam atemorizar os trabalhadores com medo da perda do espaço celeste pós-morte.

Por isso, havia a preocupação de manter os operários controlados, inclusive com uma jornada de trabalho ampla e extenuante. A conquista de tempo disponível tornou-se, a princípio, mais um problema para os donos de negócios e sua extrema preocupação com os lucros. Por outro lado, perceberam também que o trabalhador rendia mais se descansasse. Além disso, ele passaria a ter um tempo livre para consumir, algo que se tornou uma das chaves do novo modelo econômico e de sociedade. Para tal, deveriam ser “educados” (no sentido de “manipulados”) a aproveitar o seu tempo de não trabalho de forma comedida.

Há que se considerar que o processo de industrialização promoveu mudanças na dinâmica de organização espacial dos grupos societários. Quando a principal forma de economia era a agropecuária, a maior parte das pessoas vivia no campo. Como as fábricas foram construídas nas cidades, tendo em conta a facilidade de escoamento dos produtos, os centros urbanos tornaram-se os principais locais de residência, crescendo cada vez mais, até chegar aos dias de hoje, quando definitivamente preponderaram.



PARA REFLETIR

Segundo o último censo brasileiro, 85% da população vive nas cidades, enquanto 15%, no campo. Na região Sudeste, mais de 93% vivem na zona urbana. Reflita sobre os impactos que isso pode ter para a vida cotidiana, inclusive para os momentos de lazer.

As próprias características das mudanças ocasionadas pelo processo de industrialização incentivaram as iniciativas de consumo. Em certa medida, houve mesmo uma redução dos preços de determinados produtos em função da confecção em massa. Além disso, estes teriam que ser vendidos para que as fábricas continuassem a funcionar, justificando o lucro do negócio. Os indivíduos cada vez mais são estimulados a tomar parte nesse mundo, no qual, crescentemente, poder comprar passa a ser encarado como sinal de sucesso.

Estimulou-se um consumo pouco ativo, no qual o indivíduo reage menos à forma da indução à compra, tendo como parâmetros diversões que “alienam” no sentido de que não induz a pensar mais profundamente na atividade em si e no entorno, divertimentos fortuitos que por si só não são problemas. O problema é quando essas são as únicas alternativas.

Consumismo e espetáculo, progressivamente, vão ser adotados como dimensões que marcam a sociedade que se delinea nesse processo. Paulatinamente, vão ser estruturadas estratégias (apresentadas de forma espetacular) para que aumentemos o desejo de comprar produtos (inclusive nos induzindo a não pensar sobre o que é realmente necessário ou não). Os que não podem consumir se sentem pressionados, até mesmo porque bens diversos acabam em si e se estabelecem como sinônimo de status e distinção.

Isso tem impactos em diversos aspectos sociais. Por exemplo, o excesso de produção e de consumo, relacionado à necessidade de sempre gerar o maior lucro possível, incide sobre o meio ambiente, progressivamente agredido e fragilizado frente às investidas humanas. Recursos naturais começam a escassear. A água, por exemplo, já não chega a todos. Há comida em excesso, mas enquanto alguns comem muito, outros não têm o que comer, pois a fome ainda é uma realidade mundial, especialmente em países mais pobres ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.



MULTIMÍDIA

Vale a pena assistir a dois documentários que abordam a questão do excesso de consumo: *Surplus*, de Erik Gandini, e *Ilha das Flores*, de Jorge Furtado.

A força das iniciativas de controle das práticas populares de diversão foi grande, mas não suficiente para as destruir por completo. Na verdade, a defesa e a manutenção de certos costumes foram mesmo uma estratégia de resistência. Os populares até passam a frequentar os novos espaços e a desfrutar de algumas alternativas oferecidas como estratégias de consumo, mas também conservavam antigos estilos de vida. Em muitas ocasiões, apreenderam essas possibilidades a partir de seus interesses próprios. Se os ricos fundavam seus clubes, os mais pobres não tardaram a também criar suas agremiações próprias.

O fato é que um mercado de entretenimentos multifacetado começou a abarcar diversos conjuntos de atividades, algumas com dinâmicas que a princípio eram combatidas. A necessidade de obter lucros preponderava estimulando processos de circularidade cultural. O que era negado num momento poderia ser no momento seguinte transformado num produto. Os populares de início rechaçados poderiam depois ser “contratados” para exibir suas manifestações. Esse processo se dá até os dias de hoje com muitas práticas culturais.



PARA REFLETIR

Leia o texto “O Funk como manifestação cultural”, disponível em: <https://bit.ly/3B79JdH>. A partir dele você pode refletir acerca, por exemplo, das letras das músicas e do que buscam expressar. Por um lado, é possível perceber que muitas delas contam histórias, falam dos desafios, das ambições, das injustiças, das sexualidades e do cotidiano das pessoas que vivem em espaços periféricos ou de alta vulnerabilidade social. Reflita acerca dos preconceitos que rondam essas manifestações. Assim é possível compreender e respeitar estilos de vida e experiências de boa parcela da juventude que vive nas periferias de grandes cidades. Por outro lado, podem-se verificar os usos que a indústria cultural faz de tais manifestações e os espaços que podem ser abertos para alguns dos jovens que conseguem se sobressair.



MULTIMÍDIA

Valerá a pena assistir ao documentário *Sou feia, mas estou na moda*, de Denise Garcia, disponível em: <https://youtu.be/7TEGmeETANE>.

Ao fazer essa conexão entre algo que acontecia na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX e o Brasil dos dias de hoje, desejamos chamar a atenção para dois aspectos:

- a) O que vivemos atualmente, mesmo que com muitas transformações – inclusive porque as indústrias tradicionais vêm perdendo espaços para outras formas de produção, como o setor de serviços –, ainda carrega muitas faces do que ocorreu naquele período. Isto é, os significados do lazer na atualidade ainda são desdobramentos desse longo processo que teve início há tantos anos. Daí ser importante compreender esse percurso. A história nos ajuda a perspectivar os desafios que temos que encarar ao nos propormos ser profissionais que atuam no âmbito do esporte e do lazer;
- b) Aqueles parâmetros de vida e a nova organização social, inclusive a nova dinâmica de tempo, foram se espalhando pelo mundo com o sucesso da Revolução Industrial (isto é, com o fato de que a indústria foi sendo aceita e se impondo como o principal meio de produção). Obviamente, as mudanças não foram imediatas, nem mesmo na Inglaterra. Durante muito tempo, conviveram, e de alguma maneira ainda convivem, diversas formas de estruturação social. Contudo, a nova conformação dos tempos, aquela que deu origem a um tempo do não trabalho mais claramente delineado, acabou por largamente preponderar, bem como as intencionalidades que cercaram a sua ocupação e uso.

Enfim, como bem definem Melo e Drummond (2003, p. 10):

Não é possível pensar a configuração do fenômeno moderno lazer como algo pacífico, inocente, ingênuo ou dissociado de outros momentos da vida: as práticas de diversão nessa nova conformação são marcadas pelas tensões entre as classes sociais e pela ocorrência contínua e complexa de controle/resistência, adequação/subversão. Estamos falando de um conjunto de situações desenvolvidas no grande palco de lutas das organizações sociais.

Devemos estar atentos para compreender a articulação entre política, economia e cultura nas questões relacionadas ao tema, o que não significa submetê-lo a qualquer desses ordenamentos: existe uma especificidade do fenômeno lazer que deve ser compreendida até para melhor balizar nossas propostas de intervenção.

Os momentos de lazer não são somente mecanicamente determinados pelas condições econômicas, mas não se pode deixar de perceber tais influências. Não são somente instantes de “fuga da realidade”, embora também o possam ser. Não são somente momentos

de resistência, embora também o sejam. Trata-se de um fenômeno social múltiplo e polissêmico, cabendo ao profissional que pretende atuar nesse campo ter clareza de sua complexidade e da importância de sua intervenção nesse cenário.



SAIBA MAIS

Para um debate mais aprofundado sobre o tema, leia: “Sobre o conceito de lazer. *Sinais sociais*”, de Victor Melo, disponível em: <https://issuu.com/sescbrasil/docs/revistasinaissociais23>.

1.3 CONCEITO DE LAZER



PARA REFLETIR

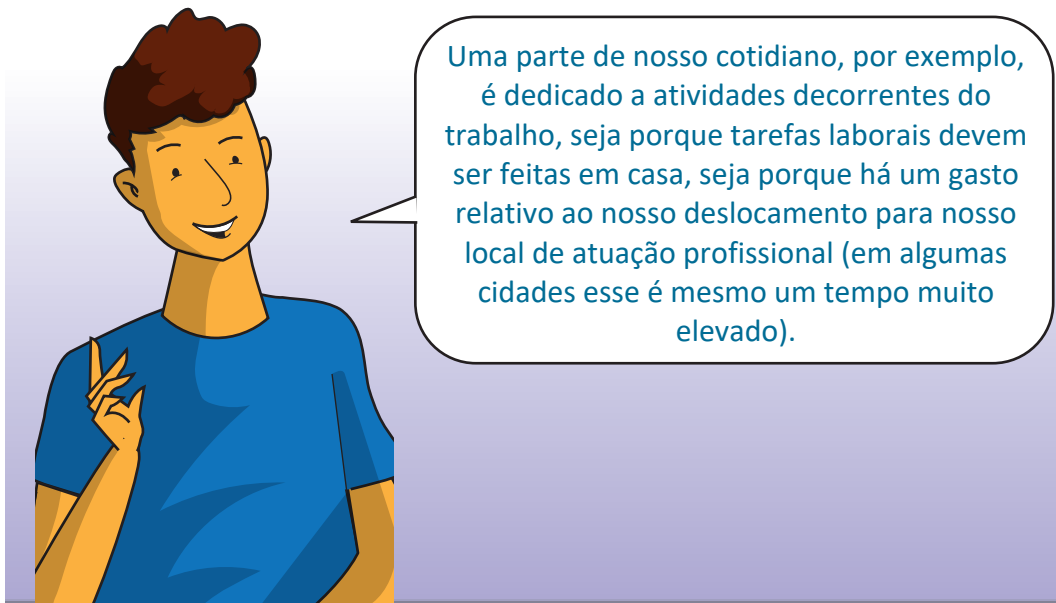
Vamos começar com um exercício, tente primeiro definir suas principais atividades de lazer. Escreva num papel seus principais hábitos de diversão. Depois, tente descobrir o que há de comum entre eles, de forma a tentar obter uma definição específica, algo que supostamente possa definir tudo o que você elencou.

Sigamos no exercício. Faça um gráfico do seu cotidiano em relação ao tempo. Quantas horas você dorme por dia? Quantas você dedica ao estudo? Quantas são específicas de trabalho? E quantas pode dedicar ao lazer?

Feito esse segundo exercício, reflita acerca das seguintes questões:

- a) Quanto tempo sobrou para seu lazer? É muito ou pouco?
- b) Onde você vive, há alguma forma de política pública/ação governamental de educação (uma escola pública, por exemplo)? Há alguma de saúde (uma clínica ou hospital, por exemplo)? E de lazer, há?
- c) Tendo em vista isso, você acha que seu lazer é menos valorizado? Ou você dedica muito tempo para o trabalho? Você acha que a nossa sociedade valoriza o lazer tanto quanto o trabalho?

Vamos começar nosso debate. A primeira coisa que você deve perceber é se, como vimos no item anterior, foram as mudanças no mundo do trabalho que definiram o que hoje chamamos de lazer; nosso tempo diário não é somente dividido entre os dois.



Lembremos ainda que, para muitos, o tempo dedicado ao estudo tem relação com as questões profissionais, com o desejo de obter um trabalho melhor ou de manter o atual emprego (muitas empresas cobram atualização constante). Obviamente, isso não deve ser confundido com cursos, aos quais as pessoas se dedicam por interesse não laboral. Um médico pode fazer um curso de sua especialidade para se atualizar – isso é um interesse do mundo do trabalho. Mas pode fazer por prazer um curso de culinária – isso é uma atividade de lazer.

Há que ter em conta também as necessidades diárias. Deveríamos dormir o suficiente para recuperar nossas energias para outros dias de trabalho. Esse tempo é variável de indivíduo para indivíduo. Mas quantos podem, de fato, dormir o suficiente? Então dormir não é lazer? Depende da intencionalidade. Uma coisa é o sono diário de exaustão, outra é a soneca depois do almoço que alguns gostam de tirar nos fins de semana. Começamos a perceber que a atitude frente à prática é um fator importante a se considerar.

Igualmente se pode observar no que tange ao ato de cozinhar e comer. Uma coisa é cozinhar e comer como alternativa de encontrar amigos, celebrar alguma data, sair no fim de semana com a(o) namorada(o). Outra é comer correndo no dia a dia, pois há uma necessidade de alimentação. Por vezes, aproveitamos mesmo esse momento para trabalhar, falar sobre as tarefas laborais.

Há ainda outras obrigações que tomam nosso tempo: cuidar da casa, cuidar dos filhos, ir ao médico, pagar contas, fazer compras... ufa!! Com tanta coisa para fazer, vale perguntar: o que sobra para experienciar atividades de lazer? Pense no exercício feito, você sente dificuldades de encontrar tempo para sua diversão? Acha que isso ocorre com outras pessoas?

Muito bem. Estamos aqui falando numa das dimensões que utilizamos para definir o conceito de lazer: o tempo livre, não só do trabalho, como também de outras obrigações e necessidades. Assim sendo, as práticas de lazer seriam descompromissadas, correto? Não, errado. A diferença está na dinâmica e na flexibilidade da obrigação.

Nossos compromissos com a diversão, em geral, podem ser mais negociados, mais escolhidos. Quando escolhemos ir ao cinema, temos que respeitar o horário da sessão. Se não respeitamos,

temos a escolha de outro horário. Se ainda assim perdemos, não há problema, como haveria se perdêssemos o horário de trabalho. Há situações, contudo, em que esse compromisso é maior. Se marcamos um futebol, o time está esperando que cheguemos. Se perdemos o horário, isso prejudica todo o tempo. O grau de compromisso não é o mesmo do trabalho, mas ainda assim tem certa grandeza.



PARA REFLETIR

Para compreender elementos tais como se cruzam algumas dinâmicas do tempo, do lazer e do trabalho, assista ao curta-metragem *Copa da Paz – Futebol de várzea*, de Ivan 13P e Gabriel Ranzani, disponível em: <https://bit.ly/3guaMfW>.

O que motiva as pessoas a buscarem as atividades de lazer? Normalmente, a gratificação oriunda da participação na atividade em si. Quando vamos a um espetáculo musical, muitos são os interesses que nos levam até ele, mas em geral não são interesses financeiros. O que nos move é o prazer da atividade. Vejamos como a questão da atitude deve ser considerada na definição do conceito de lazer.

Um músico pode estar em um espetáculo porque está se apresentando no palco. Isso pode ser simplesmente uma opção, ele está lá somente pelo prazer de sua performance, ou pode ser um compromisso profissional – lá está porque foi contratado para tocar. Nessa segunda opção, pode também ter prazer, mas não está exatamente no seu tempo disponível, já que se trata de um trabalho. Além disso, muitos músicos, profissionais ou não, podem estar assistindo ao show. Podem até aproveitar isso para atividades profissionais futuras – aprender novos acordes, por exemplo –, mas naquele momento estão apenas curtindo o evento na condição de público.

Percebe-se, então, que aqui temos outro definidor das atividades de lazer: o prazer. Ou melhor, a busca do prazer. Sim, porque não necessariamente teríamos prazer na atividade – posso, por exemplo, ter ficado muito insatisfeito com o espetáculo –, mas espera-se que as pessoas quando procuram a diversão tenham em conta o desejo de ser feliz.

Para definir, portanto, as características de uma atividade de lazer, devemos ter em conta a simultaneidade das duas dimensões apresentadas: não deve ter fins profissionais, não deve ter interesses financeiros. O que motiva a sua procura é a busca do prazer. Obviamente, há muitas “áreas de sombra”.

Isto é, nem sempre é possível definir tão categoricamente o que é ou não lazer, até mesmo porque os indivíduos transitam entre as posturas, como vimos no caso do espetáculo de música. Ou porque, por vezes, as definições se transformam em função de mudanças em nossa vida. Uma administradora de empresas que adora cozinhar – tem isso como uma prática apreciada de lazer –, caso perca o emprego, pode transformar o antigo hobby em trabalho.

O mais importante para nós, que vamos trabalhar no âmbito do lazer, não é ter uma definição precisa das atividades, mas sim entender que não devemos reproduzir dinâmicas do trabalho nos momentos de nossa atuação. Devemos tomar cuidado para não repetir esquemas de tempo muito fechados e estruturados, que não permitam aos envolvidos algum grau de intervenção e escolha.

Isso não significa de forma alguma prescindir de planejamento, apenas que o planejamento de uma intervenção no âmbito do lazer deve ter características mais flexíveis, que contemplem a própria problematização do programado, até porque, também, no que tange aos conteúdos trabalhados,

devemos ter mais disposição para dialogar com os envolvidos. Isso não significa fazer o que o público-alvo quer, mas sim entender que o profissional de lazer encaminha processos explícitos de negociação. Veremos isso mais adiante quando falarmos do duplo aspecto educativo do lazer.

Vamos dar exemplos. Por vezes, colônias de férias são formuladas de forma tão estruturada, com quadros de horários dos conteúdos que devem ser seguidos rigorosamente, que acabam parecendo mais uma atividade de trabalho (ou da escola) do que de lazer. Seria possível criar outros arranjos, com estruturas mais flexíveis, com maior envolvimento daqueles que estão participando?

Percebam que isso coloca para os profissionais de lazer um grande desafio. A ideia não é apenas passar o tempo daqueles que estão sob nossa supervisão. Devemos lembrar que somos sempre educadores. Ali, estamos para tentar contribuir com aqueles que estão envolvidos com nossa atividade. Mas, em geral, estes não vieram buscando esse tipo de postura. Vieram para passar o tempo, uma compreensão do lazer que lamentavelmente prepondera como única. Devemos desenvolver a habilidade de educar quando as pessoas não esperam ser educadas. Educar com parâmetros diferentes de outros ambientes educacionais. Educar tendo em conta a peculiaridade do âmbito no qual estamos inseridos.

A propósito, lembremos: para nosso público, a atividade é de lazer; para nós, profissionais responsáveis pela condução da atividade, é trabalho. O profissional de lazer é um trabalhador. Deve ter todas as posturas que se esperam de um profissional. Isso não significa ser sisudo. Ninguém quer ser animado por alguém desanimado. Mas, isso não pode se confundir com a postura de alguém que está vivenciando a atividade.

Tampouco o profissional deve acreditar que basta carisma para bem desempenhar sua função. Estudo, preparação, planejamento, organização, cuidado – o profissional de lazer deve estar atento a tudo que cerca a atividade, inclusive no que tange a promover práticas respeitadas e inclusivas, seguras e adequadas ao perfil daqueles que se encontram sob sua direção. Vamos recorrer de novo ao livro de Melo e Drummond (2003), que bem resumem tal responsabilidade:

O profissional de lazer é o primeiro que chega ao local, é quem organiza tudo e arca com a responsabilidade (em muitos casos, inclusive legal) de conduzir a atividade com segurança, e é o último a sair, quando todos já foram para seus lares. Depois, ainda deve avaliar a realização do trabalho. O grupo tem a opção de participar ou não, nós profissionais temos a responsabilidade de comparecer, até porque, na maior parte das vezes, somos pagos para a condução do programa (MELO; DRUMMOND, 2003, p. 37).



FIQUE ATENTO

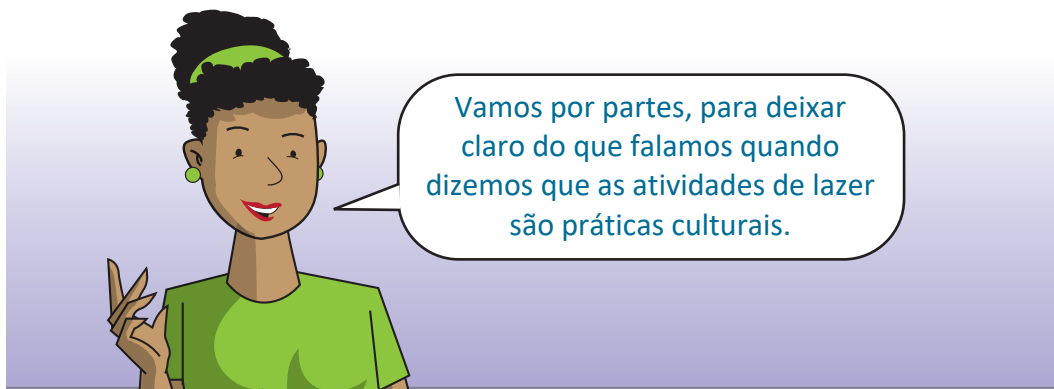
Tenha sempre em conta que as atividades de lazer são:

- experienciadas no tempo livre das obrigações profissionais, domésticas, religiosas e das necessidades físicas;
- buscadas tendo em vista o prazer que podem possibilitar.

Há ainda uma última característica a destacar: as atividades de lazer são práticas culturais. Vamos tratar melhor isso no próximo item.

1.4 INTERESSES CULTURAIS

Vamos direto ao ponto. Quando aqui falamos de cultura, não estamos somente nos referindo a manifestações artísticas. Devemos também afastar a ideia de que se trata de algo “elevado”, somente acessível à gente muito preparada, “inteligente”, “de elite”. Da mesma maneira, afaste-se a ideia de que é algo chato, difícil de entender, hermético. Essas representações, que por vezes são correntes, trata-se de equívocos que explicitam determinados usos políticos da noção de cultura, expressão de uma concepção que acentua as desigualdades e diminui os protagonismos dos indivíduos.



Manifestações artísticas são, sim, parte da cultura. Mas não somente elas, tampouco aquelas que costumamos chamar de “eruditas”. O esporte, por exemplo, é um dos fenômenos culturais mais influentes nos dias de hoje. Da mesma maneira, obras de arte exibidas nos museus são produtos culturais tanto quanto o samba e o funk. O profissional de lazer deve trabalhar com todos eles, inclusive questionar supostas barreiras que impedem o seu acesso generalizado a todas.

Na verdade, cultura não é só um conjunto de manifestações. É, sim, um conjunto de normas, hábitos, valores, representações que ordena nossa vida cotidiana. Todos os seres humanos organizados em sociedades complexas têm padrões culturais em comum, acordos sem os quais não seria possível manter os arranjos sociais.

Isso não significa que esses arranjos são pacíficos. Há várias tensões que cercam o estabelecimento de parâmetros culturais. Eles se articulam com questões políticas e econômicas. Nesse âmbito, conformam-se tanto mecanismos de conformismo quanto de sublevação. Trabalhar com práticas culturais é entender que elas são expressões desse processo tenso de conflitos, trocas, circularidade. É entender como certas representações se articulam com normas e valores. São, portanto, boas ferramentas para promover intervenções educacionais, estimular os indivíduos a se repensarem, ampliar seus horizontes de reflexão e sensação.

Vale sempre lembrar que a ideia de cultura sempre nos inclui e exclui de forma simultânea. Existem culturas nacionais, mas dentro dela há muitas regionais. Existem parâmetros típicos de grupos masculinos, mas eles variam de acordo com a localidade. Mesmo dentro de grupos aparentemente coesos, os indivíduos não se ajustam completamente.

Atuar no âmbito cultural, portanto, é partir do reconhecimento dessa relação ambígua entre identificação e diferença. É entender que a adoção de parâmetros em comum concede estabilidade aos indivíduos, mas que esses não são estáticos, estão a todo momento em movimento. Que há padrões que devem ser entendidos, mas outros não podem ser tolerados.

Mais adiante retomaremos esse debate. Nesse item, queremos apresentar algum dado mais operacional. Quando o profissional de lazer trabalha com práticas culturais, tem em vista promover questionamentos sobre a cultura, mas prepara sua programação fazendo uso das linguagens. Como compreender melhor essas ferramentas? Haveria alguma classificação que possa nos ser útil? Isso poderia facilitar vislumbrarmos as diversas possibilidades de atuação.

No âmbito dos Estudos do Lazer, uma das classificações mais aceitas é a do sociólogo francês Joffre Dumazedier (1976), um dos grandes especialistas mundiais no tema. O grande diferencial desse autor é ter definido as atividades a partir de seu interesse central. Isto é, mesmo que as práticas não se prendam a um só âmbito, há algo fundamental que estimula os indivíduos a buscá-las.

Esse processo não é necessariamente claro para os indivíduos, tampouco a classificação de Dumazedier é perfeita. Isso não é o mais importante. Vale considerar que se tal classificação dá conta dos mais diferentes interesses, cabe ao profissional de lazer tentar mobilizá-los o mais amplamente possível junto a seu grupo de trabalho.

Apresentemos, então, os cinco interesses sugeridos por Dumazedier (1976). Vamos fazer exercícios semelhantes para cada um deles.

1. Interesses físicos

Nos dias de hoje, as diferentes atividades físicas estão entre as que mais despertam a atenção da população, sendo muito difundidas pelos meios de comunicação, até mesmo por serem constantemente mobilizadas em propagandas de produtos diversos. Muitos são os interesses e perfis que as envolvem, mas todos têm algo em comum: o prazer extraído da movimentação corporal, seja com a vivência da prática em si, seja pela assistência de competições, jogos, eventos atléticos diversos.

Os desafios do profissional de lazer são de dupla ordem:

- Ampliar a cultura física dos envolvidos. Em geral, conhece-se pouco a grande variedade de modalidades. Pode-se contribuir para que o nosso público-alvo trave contato e conheça outras possibilidades de movimentação corporal.
- Estimular os envolvidos a também praticarem as diversas modalidades e não só assistirem a elas. Esse esforço deve ser feito com cuidado no que tange à adequação da atividade, tendo em conta as características e perfil do público-alvo, inclusive no que se refere à sua segurança.

Exemplos de atividades: esporte, caminhadas, ginástica, dança, entre outras.

2. Interesses artísticos

Podemos dizer que, ainda que não exclusivamente, a experiência estética é o grande estímulo dos que procuram essas atividades. Como é grande a variedade de manifestações, esse tipo de prazer mobiliza notadamente os sentidos: a visão, audição, toque, sabor, cheiros.

Os desafios do profissional de lazer são de dupla ordem:

- Ampliar a cultura artística dos envolvidos. Nem sempre os indivíduos são educados/opportunizados a conhecer as mais diferentes manifestações artísticas, tampouco a grande variedade que cada uma delas tem.
- Estimular os envolvidos a também experienciarem o fazer artístico. Não se trata de apenas assistir a espetáculos de dança. É importante também ter a alternativa de dançar. Ver filmes pode ser muito bom. Mas não seria possível estimular nosso público-alvo a realizar suas próprias produções? Levar os envolvidos a conhecer e desfrutar museus e

centros de artes plásticas é uma atitude desejada. Todavia, que tal se também pudessem exercer algo de seu talento de pintor ou escultor?

Exemplos de atividades: artes plásticas, teatro, cinema, dança, literatura, entre outras.

3. Interesses manuais

Podemos dizer que aquilo que mobiliza os que se envolvem com esse interesse é o prazer pela manipulação de objetos ou realização de coleções. Em geral, são aquelas práticas conhecidas como hobbies, diversões, que às vezes chegam a se confundir com o mundo do trabalho. O desafio do profissional de lazer é fundamentalmente o de apresentar as mais diferentes possibilidades que o público pode encontrar com tais atividades.

Exemplos de atividades: carpintaria, jardinagem, costura, marcenaria e culinária, entre outras.

4. Interesses intelectuais

Os interesses intelectuais em muitos casos se confundem com a formação educacional, ainda que os sentidos sejam totalmente distintos no que tange a sua utilidade para o mundo do trabalho. Obviamente que o componente intelectual está em todas as atividades, mas nesse grupo se encontram aquelas atividades buscadas pelo prazer do raciocínio.

Exemplos de atividades: palestras, cursos, jogos como xadrez, gamão, dama, bridge, entre outros.

5. Interesses sociais

Os interesses sociais, em muitos casos, se confundem com as festas e atividades turísticas, outro exemplo de diversão que foi se constituindo como um campo autônomo. A propósito, muitos jornais e revistas têm cadernos dedicados ao tema.

Exemplos de atividades: festas diversas, piqueniques, atividades turísticas.



SAIBA MAIS

Consulte o item dedicado aos interesses do lazer nas seguintes obras:

- MELO, V. A.; BRÊTAS, A.; MONTEIRO, M. Fundamentos do lazer e da animação cultural. In: OLIVEIRA, A. A. B. de, PERIM, G. L. (org.). *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à ação*. Maringá: Editora da UEM, 2009. v. 1. p. 47-74. Disponível em: <https://bit.ly/3B9uNQV>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- MELO, V. A. de; DRUMMOND, E. A. J. de. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.



PARA REFLETIR

Após a leitura das informações apresentadas, vamos fazer um exercício. Pegue o caderno de cultura de um jornal ou revista de grande circulação. Selecione algumas atividades que você julga possivelmente pertencentes aos interesses físicos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais. Tendo em vista o selecionado, tente descrever o que há em comum entre tais atividades.

1.5 DUPLO ASPECTO EDUCATIVO DO LAZER

Vamos agora aprofundar o debate sobre algo que já temos tratado nos outros itens: o caráter educativo da intervenção no âmbito do lazer. A essa altura de nosso curso, já se percebeu que contrapomos um certo imaginário que considera os momentos de diversão como válvulas de escape, como estratégias de fugir da realidade, simplesmente como momento de redução dos danos de outros instantes duros do cotidiano.

Não estamos negando que os instantes de lazer são, sim, também de descanso. Além disso, eles nos ajudam a retomar o equilíbrio em meio a uma vida tão dura. Devem ser sempre marcados pela busca do prazer. Mas isso não significa que não possam ser momentos de tomada de consciência, de reflexão sobre a vida e a sociedade. Nesse sentido, o profissional de lazer é também um educador, ainda que sua ação seja diferenciada da de outros profissionais que atuam em cenários educacionais. Como bem resumem Melo e Drummond (2003, p. 51):

entre as possibilidades para as quais pode contribuir o processo de intervenção pedagógica no lazer, podemos situar: a busca de novas formas de encarar a realidade social, direta ou indiretamente oferecidas pelo acesso a novas linguagens culturais; a percepção da necessidade de equilíbrio entre consumo e participação direta nos momentos de lazer; a recuperação de bens culturais destruídos ou em processo de degradação em resultado da ação da indústria do entretenimento; a problematização dos prazeres; a própria humanização dos indivíduos, estimulados a se entenderem como agentes do processo social.

Para encaminhar tal intervenção, o profissional de lazer assume uma postura radical de mediação. O que ele tenta fazer é, sem frontalmente desrespeitar os parâmetros conhecidos por seu público-alvo, ir apresentando alternativas, problematizando as escolhas, envolvendo as pessoas nas negociações sobre a composição de seu programa de atuação. Isso não significa que possa prescindir de seu papel de líder, apenas que compartilha os olhares sobre o que deve ser implementado no seu cotidiano de trabalho. É um radical processo de diálogo e negociação.

Para facilitar a compreensão sobre a natureza de sua intervenção, sugerimos que considere o que chamamos de duplo aspecto educativo. Um deles é a educação pelo lazer. Isto é, aproveitar o potencial interno de cada atividade para trabalhar determinados valores. Vejamos que também aqui se devem adotar as posturas antes descritas. Não se trata de dizer que os indivíduos estão equivocados quando pensam algo, mas sim de criar processos em que possam se encontrar criticamente com seus parâmetros de vida. Trata-se de, com estratégia, problematizar as escolhas de cada um.

Esse processo de problematização não pode se dar somente de forma espontaneísta. Isto é, pode ser que numa atividade um problema venha à tona. Por exemplo, um comportamento racista, machista ou homofóbico. Se isso ocorre, deve o profissional de lazer tratá-lo pedagogicamente. Parar a sessão e discutir o que leva os indivíduos a pensarem daquela maneira. Criar fóruns de debate nos quais haja possibilidades de reflexão sobre o assunto.

Mas, para além dessas ocorrências ocasionais, deve ele próprio pensar em atividades nas quais esses problemas possam emergir, situações programadas em que gere certo desconforto no seu público-alvo, motivando-os a tomar posição. Obviamente, lembremos sempre: a) trata-se de adotar posturas de mediação; b) não devemos perder de vista as características específicas das atividades de lazer.

Na educação pelo lazer, o tema é entendido como veículo de educação, aproveitando o profissional a própria peculiaridade de cada atividade programada. Posso passar um filme – ficção ou documentário – em que surja alguma questão que eu deseje trabalhar. Aproveito o que há naquela película sobre o assunto para estimular o debate. Após isso, posso pedir aos envolvidos que façam seus filmes sobre o assunto, que expressem seus pontos de vista sobre o que foi trabalhado.

Posso juntar interesses distintos. Ministro uma sessão de esportes em que apareçam enfaticamente os limites físicos como agentes condicionadores da boa vivência, situações em que baixinhos e gordinhos, por exemplo, tenham dificuldade. Após isso, posso trabalhar algo de literatura que fale de exclusão. Depois de um processo de debate, podemos voltar para a quadra e pensar: como criar um jogo em que todos possam participar de forma mais equânime? O processo de criação de regras reforçará a necessidade de amplo envolvimento de todos.

Se tivermos condições, podemos assistir a uma competição de alguma modalidade paraolímpica. Isso seria uma atividade social, já que prevê um passeio. Depois disso, ao voltar, tentaríamos simular jogos em que os envolvidos tenham as mesmas dificuldades. Se formos ver uma partida de deficientes visuais, o grupo jogaria de olhos vendados, experienciaríamos as dificuldades e, colocando-se no lugar do outro, refletiriam sobre a necessidade de rompermos barreiras sociais.



SAIBA MAIS

Vale a pena a leitura do artigo “A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: o discurso midiático como um obstáculo”, de Renato Francisco Rodrigues Marques, publicado na *Revista USP* (n. 108, p. 87-96, jan./fev./mar. 2016), disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/118243#:~:text=Sua%20efetividade%20est%C3%A1%20intimamente%20atrelada,valores%20morais%2C%20como%20o%20esporte>.

A segunda possibilidade é o que chamamos de educação para o lazer, aquela que reconhece as práticas de diversão como motivo de educação. Isto é, parte do princípio de que as pessoas também têm que ser educadas para aproveitar melhor os seus momentos de lazer, ainda mais porque em nossa sociedade é usual que se considere apenas os instantes de trabalho como aqueles para os quais se deve educar.

Os dados são inequívocos no que tange aos hábitos dos brasileiros: é bastante restrita a vivência de diferentes experiências de lazer. Grande parte da população conhece poucas alternativas e repete um conjunto restrito e aproximado de atividades. Quais seriam os motivos por trás disso?

Um deles já foi por nós tratado. O grande número de obrigações diárias reduz muito o tempo que temos para buscar atividades de lazer. Nos dias de semana, o trabalho nos traga. Mais ainda, os deslocamentos diários nas grandes cidades são, não poucas vezes, árduos. Cansados depois de uma jornada diária intensa, não é surpreendente que grande parte da população se acomode mesmo na frente da televisão, ainda a principal diversão de boa parte das pessoas, nos dias de hoje, dividindo espaço com o uso dos recursos da internet. O aperfeiçoamento desses meios de comunicação acaba por exponenciar sua presença social e sua influência na modelação de comportamentos e compreensões sobre o mundo.

Mesmo nos fins de semana, nem sempre temos todo o tempo que desejaríamos. Não raras vezes, utilizamos aquele momento que deveria ser dedicado ao descanso e à realização de outras atividades para fazer tarefas que ficaram pendentes no decorrer da semana. Por vezes, estamos tão

exaustos que acabamos por optar por não fazer nada. Isso pode ser considerado uma atividade de lazer? Sim. O problema é quando somente fazemos isso.

Há ainda outro fator que nos afasta de uma diversificação das vivências de lazer: o binômio distância das residências/preço das atrações. Observemos como há uma concentração de alternativas de diversão em certas regiões da cidade. Vejamos onde se encontra a maioria dos museus. E os teatros? Onde estão os principais atrativos turísticos? No caso do Rio de Janeiro, numa zona pequena, a confluência das zonas Central e Sul. Em outros bairros, há bem menos opções, em alguns nem sequer existem.

No caso dos cinemas, são mais difundidos. Todavia, a maior parte deles exhibe somente um tipo de filme, aquele de consumo mais fácil. Nenhum problema nisso, a questão é a restrição que encontramos para assistir a outros produtos cinematográficos, já que as salas dedicadas a películas mais alternativas em geral também se encontram em região restrita da cidade.

Além de tudo, em muitas ocasiões essas alternativas têm custo elevado. Os preços dos ingressos já são altos, mas ainda temos que levar em conta o valor do transporte e da alimentação. Mais ainda, com a redução das alternativas no transporte público nos fins de semana aumentam-se as dificuldades.

Há, por fim, outro fator não menos importante: o desconhecimento. Pensemos na música clássica, aquela que em geral é de natureza instrumental e tocada por orquestras. Quantas vezes na vida tivemos acesso a ela? Fomos apresentados a ela pelos meios de comunicação? Houve processos educacionais que nos ensinaram suas peculiaridades? Há espetáculos perto de nossa casa? Como vamos gostar de algo que não conhecemos e ao qual não tivemos possibilidade de acesso?

Assim, quando falamos de educar para o lazer, significa pensar que podemos aproveitar nosso espaço de trabalho para apresentar ao público-alvo outras alternativas de diversão. Significa contribuir para que conheçam outros arranjos culturais, outros espaços da cidade.

Se as práticas de lazer pressupõem a busca do prazer, não devemos crer que o prazer é algo espontâneo. As pessoas não podem ter prazer se não conhecem outras alternativas e acabam se conformando com os mesmos prazeres de sempre. Ao falar disso, não devemos de forma nenhuma dizer que existem prazeres maiores ou menores. Nem desqualificar as alternativas das pessoas. Apenas estamos dizendo que as pessoas podem ter seus prazeres problematizados ao serem apresentadas a outras possibilidades.

Todos têm a capacidade de gostar de diferentes coisas. Ninguém é obrigado a gostar. As coisas não são excludentes. Não sou obrigado a gostar de samba. Não sou obrigado a gostar de funk. Não sou obrigado a gostar de música clássica. Mas posso gostar dos três. Posso gostar de dois e não de outro. Mas somente posso fazer isso se tiver a oportunidade de conhecer tudo, e saber algo sobre cada arranjo, e ter um tempo para desenvolver a apreciação.

Um programa de lazer também deve ter isso em conta.

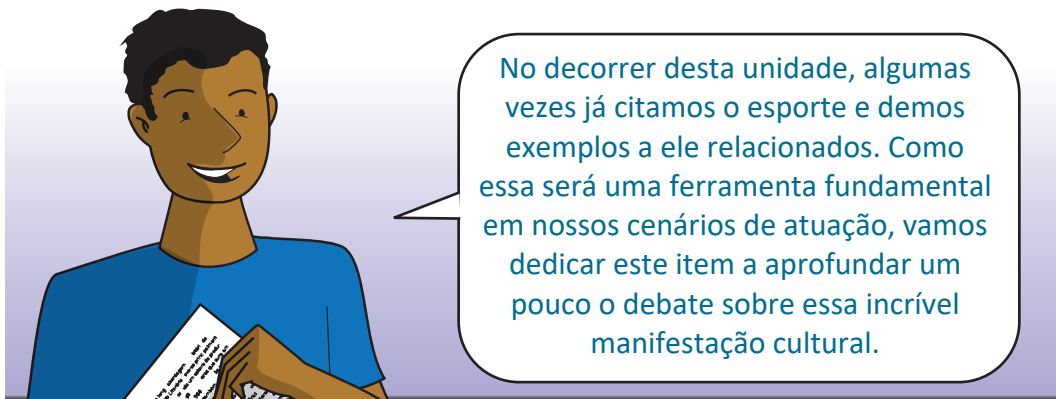


PARA REFLETIR

Retomemos o exercício feito no início do item 1.2. Veja suas atividades de lazer. Tendo em vista o que discutimos agora, reflita:

- a) minhas experiências de diversão são restritas?
- b) prendem-se a que interesses?
- c) por que são restritas?
- d) gostaria que fossem mais ampliadas?
- e) o que gostaria de fazer e por que não faço?

1.6 O ESPORTE



Na definição do surgimento do esporte enquanto uma manifestação cultural, podem-se situar duas grandes tendências. Na primeira delas, acredita-se que o esporte já existia na antiguidade, sendo identificado em jogos que eram praticados por chineses, egípcios e gregos, entre outros. Já na outra tendência, procura-se entendê-lo como um fenômeno mais recente, que, mesmo apresentando similaridades técnicas com antigas práticas corporais, tem sentidos e significados completamente diferenciados daqueles jogos antigos.

A despeito dessas diferenças de concepção, não há como negar que desde o final do século XVIII essa prática social apresenta características marcantes e observáveis até os dias de hoje: a) uma organização em forma de clubes, federações, confederações e outras entidades; b) possui um calendário próprio, já não mais sendo praticada estritamente de acordo com outros tempos sociais; c) possui um corpo técnico especializado, cada vez maior, trabalhando em seu interior; d) gera um enorme mercado ao seu redor, que extrapola até mesmo o que a princípio poderia ser considerado específico da prática esportiva.

É importante entender o processo de organização do “esporte moderno” para que possamos compreender sua importância no século XX. A partir do século XVIII, ele se originou dos jogos populares, que foram apreendidos pelas *public schools* inglesas (escolas responsáveis por formar os filhos dos membros da burguesia). Tais jogos tiveram seus sentidos completamente modificados,

passando a ser concebidos como estratégia “educacional”, de controle corporal e de preparação de lideranças. Esse processo se deu no mesmo cenário, por nós já discutido, de construção de iniciativas de controle das diversões das camadas populares, no sentido de introduzir uma nova cultura de vida necessária ao desenvolvimento do modelo fabril de produção.

O esporte, recém-sistematizado, passou então a ser oferecido como uma diversão “apropriada” à população, como forma de substituição dos antigos jogos populares condenados. A mesma população que havia visto a sua possibilidade de jogar subtraída e perseguida, passou a ter o “direito” de acesso ao espetáculo esportivo, fundamentalmente enquanto uma forma de consumo passivo, tanto no sentido da prática em si (não podia jogar, somente assistir) quanto no sentido de interferir no desenvolvimento do campo que se gestava (não tinha a possibilidade de participar da direção). Posteriormente, contudo, foi multiplamente apreendido por gente de todos os estratos sociais.

Nesse momento, o esporte já começa a ser concebido como um estilo de vida pelas elites, um sinal de *status* e distinção, afinal o acesso aos clubes era permitido somente para poucos. Ressalta-se que nesse momento ainda não estava definitivamente estabelecida uma relação entre o esporte e a atividade física.

Não por acaso, em muitos países, inclusive no Brasil, o turfe (corridas de cavalos) esteve entre os primeiros esportes a se organizarem. O turfe era bastante adequado ao novo modelo de sociabilidade que estava em desenvolvimento a partir de meados do século XIX. Os hipódromos, instalações para a prática das corridas de cavalos, permitem ver e ser visto, podendo ser divididas as arquibancadas de acordo com o poderio econômico. Era também adequado por estar mais próximo de uma realidade ainda mais rural do que urbana. No mais, quem faz a atividade física é um animal, conduzido por um homem normalmente oriundo das camadas populares (o jóquei).

O acirrar da relação entre o esporte e o exercício físico se dá com o aumento das preocupações com o saneamento das cidades e com a saúde da população, que se desenvolveram em muitos países devido a desdobramentos do avanço da industrialização e da rápida urbanização. Era necessário estabelecer novos parâmetros de convivência que permitissem as nações rumarem em “direção ao progresso”.

Nesse sentido, cada vez mais se fazem necessárias estratégias de controle corporal e de preparação de um corpo saudável para a condução da nova perspectiva socioeconômica. O esporte passa, então, a também ser concebido como estratégia de formação corporal; uma boa ferramenta para a preparação de corpos musculosos (que passaram a ser considerados como padrões de “saúde”), bem como para a difusão desse modelo, ao redor do qual seria gerado um verdadeiro estilo de vida.

No Brasil, o esporte exemplar dessa mudança é o remo. No remo, já não é mais um animal que corre, mas sim um homem que conduz o barco com seus próprios braços. No turfe, o jóquei era fraco e pequeno, enquanto no remo eram homens fortes e “saudáveis”, constantemente retratados em posições que valorizassem seu físico. O remo era o esporte do mar, do moderno, do indivíduo audaz que enfrenta as ondas bravias. A partir do remo, os esportes em geral vão paulatinamente perdendo a característica de jogo de azar (uma influência do turfe) e ganhando cada vez mais um atributo de escola, de virtudes e caráter. É tão grande a mudança que muitos nem sequer consideram o turfe como um esporte, embora ele ainda hoje frequente as páginas esportivas de jornais.

É importante perceber que desde o início da organização do “campo esportivo” (pois estamos falando não de uma prática que se encerra em si, mas que, além de ter certa autonomia, tem

influências para além de suas especificidades), estavam concebidas e implementadas estratégias de negócios. As elites, responsáveis pela condução do campo, obtinham lucros com as vendas de ingressos, com as apostas e loterias, com a venda de cavalos. Ao redor disso, ganhava-se dinheiro das mais diversas formas. Por exemplo, com a venda de material para a prática do turfe.

A imprensa também lucrava, ao vender espaços para a propaganda dos clubes e ao aumentar sua vendagem em dias próximos às competições. Com a vinculação do esporte à “saúde” (uma relação equivocadamente linear que permanece até os dias de hoje), muitos outros produtos passam a ser vendidos: tônicos, fortificantes, extratos. Cada vez mais o esporte é identificado como uma “forma de viver”, a qual os modernos adotam. No vestuário, por exemplo, vemos surgir e se popularizar o paletó esportivo, o tênis, o *short*, todos produtos decorrentes da prática esportiva.

O esporte lança moda e influencia a vida das pessoas por todo o mundo. O mercado ao redor do campo não só faz uso das imagens esportivas para vender seus produtos, como também, nesse processo, ajuda a reforçar sentidos e significados. O esporte tornou-se, no decorrer do tempo, um estilo de vida. Ser esportivo era ser moderno, era ter uma postura mais relaxada frente à vida. “Levar as coisas na esportiva” é ter um olhar mais generoso sobre as vicissitudes cotidianas. De outro lado, também significava ser ativo, aventureiro, audaz.

Essas dimensões se manifestam e são enfatizadas no design dos mais diferentes produtos. Por exemplo, o esporte inspirou o desenvolvimento de formas menos rigorosas de se vestir, até porque contribuíram para uma exibição mais ostensiva do corpo. Algumas vestimentas esportivas se incorporaram ao cotidiano. *Shorts* se tornaram mais usuais. Sapatos de “jogar tênis”, mais confortáveis, se popularizaram. Carros esportivos são mais “arrojados”. Aliás, muitos produtos que hoje são usuais nos nossos automóveis foram antes testados nas pistas. Não poucas vezes, a tecnologia que serve às competições deixa os espaços esportivos e chega a nossos lares.



PARA REFLETIR

Para refletir sobre o espaço que o esporte ocupa no que tange aos meios de comunicação e à publicidade, vamos fazer um exercício. Pegue um jornal ou revista de grande circulação. Tente identificar quantas vezes e como são feitas referências a diversos aspectos da prática esportiva ou atividades físicas em geral. Verifique isso não só nas matérias, mas também nas propagandas e fotografias.

É importante perceber que, devido ao seu valor econômico e à sua adequação aos novos valores culturais em voga (dimensões que devem ser compreendidas de forma articulada), o esporte passa paulatinamente a ser uma das práticas culturais mais difundidas no século XX.

Num mundo crescentemente esportivo, era de se esperar que a prática também penetrasse em nossos lares, mobilizada por milhares de produtos, propagandeados por atletas que, seja por seus belos corpos, seja pelos símbolos aos quais sua atuação fazem referência, tornam-se estrelas da publicidade, lançando modas por todo o planeta.

Sem dúvida, pode-se afirmar que é a manifestação com o maior número de pessoas mobilizadas ao seu redor, tendo grande interferência nos comportamentos, hábitos e costumes. Não por acaso, ao final do século XX, o esporte é apontado pelos economistas como um dos maiores produtos de negócios e assiste-se à rápida profissionalização de sua administração. Percebe-se o auge de um longo processo.

No século XX, o esporte se impõe ao cotidiano. Suas imagens percorrem todo o mundo, povoando nossa imaginação, deixando a muitos estupefatos, servindo de inspiração para tantos outros. Não há dia sequer que não tenhamos acesso a muitas informações sobre o esporte, inclusive porque seus agentes, atletas e dirigentes tornaram-se estrelas de grandeza mundial, similares (e por vezes maiores) aos grandes atores e atrizes do cinema e da televisão. A prática se estabeleceu como uma linguagem internacional, na qual todos entendem aproximadamente o que se passa. Como sugere o notável dramaturgo francês Jean Giraudoux: “o esporte é o esperanto dos povos”.

Não se quer dizer que o esporte só reflete as qualidades sociais. Como dramatização profunda da experiência humana, a prática expressa o que há de melhor e de pior na sociedade. Os problemas e mazelas de um tempo de crise também nele se manifestam, o que não diminui o seu valor. Muito pelo contrário.

Poucos fenômenos mexem tanto com as emoções quanto o esporte. Não surpreende que tantos intelectuais, literatos, líderes políticos, além de gente comum do povo tenham expressado tanto seu fascínio. O filósofo francês Roland Barthes (2009) assim resumiu sua força no século XX:

Em certas épocas, em certas sociedades, o teatro teve uma grande função social: reunia toda a cidade numa experiência comum – o conhecimento das suas próprias paixões. Hoje em dia, é o esporte que, à sua maneira, detém essa função. Mas a cidade cresceu, agora ela é um país e, muitas vezes, por assim dizer, o mundo inteiro: o esporte é uma grande instituição moderna vertida nas formas ancestrais do espetáculo. (...) Todo nosso esporte moderno está contido nesse espetáculo de uma outra era, herdeiro dos antigos sacrifícios religiosos.

Por certo, por tais características, o esporte também foi e continua sendo utilizado diversas vezes por regimes políticos e administrações governamentais como forma de investimento para encaminhar suas propostas de intervenção social e fundamentalmente como forma de propaganda de uma suposta eficácia administrativa.



MULTIMÍDIA

O Rio de Janeiro sediou uma edição dos Jogos Olímpicos. Esse evento causou muitos sentimentos ambíguos e mesmo contraditórios. Assista a estes dois documentários e debata sobre as diversas visões do evento:

- *Se essa vila não fosse minha*, de Felipe Pena, disponível em: <https://bit.ly/3mAc1ON>.
- *Dias de tréguas*, de Breno Silveira, disponível em: <https://bit.ly/3DcG84D>.

Enfim, o esporte não se trata, como nunca se tratou, de uma ingênua diversão, mas sim de uma prática social poderosa, influente, que envolve emocionalmente um grande número de pessoas e que hoje se apresenta definitivamente como uma eficaz forma de negócios, capaz de mexer com sonhos e difundir ideias, comportamentos, atitudes.



SAIBA MAIS

Nesta seção, você encontrou um grande resumo do debate sobre o esporte. Para saber mais informações, leia:

- MELO, V. A. História do uso do tempo livre: a emergência do lazer (Inglaterra, século XVIII). *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC*, v. 2, p. 66-76, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3kpPFGz>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- MELO, V. A.; PERES, F. F. Rio de Janeiro, uma cidade esportiva: um panorama histórico. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 13, p. 463-476, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3sLOOKd>. Acesso em: 24 ago. 2021.

1.7 ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO

Vamos começar nosso último item desta unidade com um exercício.



MULTIMÍDIA

Assista ao filme *Futebol (episódio 1)*, de João Moreira Salles, e reflita sobre os diversos arranjos desse esporte na sociedade contemporânea.

Como vimos, o esporte está em quase toda parte de nossa sociedade contemporânea. Até mesmo por isso, devemos ter em conta que o modelo do que chamamos de “esporte de alto rendimento” é aquele que prepondera e mais exerce influência, povoando os sonhos de muitos. O risco para nós, educadores, é reproduzir de forma mecânica os parâmetros desse âmbito em nossas atividades cotidianas. Discutiremos melhor esse tema a seguir.

Existem cinco espaços/dinâmicas diferentes de atuação com os esportes. Vejamos quais são e as peculiaridades de cada um:

1. esporte de alto rendimento: a prática tem em conta a busca da mais alta performance. No seu âmbito, a função do profissional é contribuir para o aperfeiçoar das questões técnicas/táticas, ainda que jamais deva prescindir de seus compromissos como educador;
2. preparação para o alto rendimento: são as diversas escolinhas que têm em conta a preparação de atletas para atuarem no alto rendimento. O profissional tem, sim, importante função no aperfeiçoar das questões técnicas/táticas, até mais do que o espaço anterior em função de tratar-se de formação de futuros competidores. Na mesma medida, jamais pode abandonar sua função educacional e seu compromisso com os valores dos envolvidos;
3. Educação Física: trata-se de uma disciplina escolar, com a qual o profissional deve trabalhar com o máximo de preocupação educacional. Deve, sim, ensinar o gesto motor, as técnicas e táticas, mas essas não são o mais importante, e sim o desencadear de processos de reflexão sobre as práticas, por meio de atividades inclusivas;
4. equipes escolares: na equipe escolar, a questão do desempenho é um pouco mais acentuada do que nas aulas de Educação Física, por vezes, mesmo se aproximando do campo

de preparação do alto rendimento. Não deve, todavia, se confundir com este, já que as funções educacionais à moda do que se espera da escola são prioritárias;

5. lazer: são as experiências de ensino do esporte que não tem em conta a questão da performance. Isso não significa que não se ensinem o gesto motor, técnicas e táticas, mas sim que essa dimensão é ainda mais amenizada. O aspecto educacional é muito relevante, mas encaminha-se a partir da peculiaridade de atuação no âmbito do lazer, tendo em conta o duplo aspecto educativo e os diversos interesses culturais.

Lembremos que é nesse último âmbito que vamos atuar. Portanto, não podemos confundir nossa atuação com a formação de atletas. Trata-se de trabalhar os gestos motores tendo em vista criar práticas inclusivas, agradáveis, que ofereçam a oportunidade de ampla participação e envolvimento.

Devemos procurar, inclusive, não nos restringir a um único esporte. É muito possível que haja expectativa de nosso público-alvo de somente praticar modalidades mais conhecidas, como o futebol. Lógico que podemos trabalhá-las também, mas devemos ter em conta apresentar outras formas de praticar esporte, não só aqueles esportes mais conhecidos por sua presença nos meios de comunicação (como o voleibol), mas também de outros não tão veiculados.

Apresentar um novo esporte é tentar conjugar uma dupla postura: praticar e assistir. Nosso público-alvo deve ser estimulado a compreender como se organizam as modalidades, como se desenvolve o jogo, como se organizam os campeonatos, a peculiaridade dos envolvidos, mas também aprender algumas técnicas e gestos que lhe permitam jogar.

Já que nosso objetivo não é a formação de atletas, podemos criar estratégias para ir aos poucos apresentando as especificidades da modalidade. Por vezes, temos que fazer adaptações de regras e materiais, bem como de espaços. O mais importante é garantir a oportunidade de experiência, a inclusão e a segurança dos envolvidos.

Essas reflexões expõem o que antes chamamos de educação para o lazer, já que permitem apresentar, por meio de intervenções, outras alternativas de diversão. Há que ter em conta também a educação pelo lazer. Isto é, aproveitar as características das atividades que estamos trabalhando para levar os envolvidos a refletir não só sobre tudo o que envolve o campo esportivo (sua conexão com a economia, com a política, com os problemas sociais), mas também sobre a sociedade na qual vivemos.

Questões ligadas a gênero, racismo, desigualdade social, homofobia podem e devem estar presentes em nossa programação, não somente como algo que surge espontaneamente – e quando isso ocorre não podemos deixar de intervir pedagogicamente, sempre tendo em vista promover uma apreensão crítica que aponte para um mundo no qual se respeitem as diferenças e se combatam as desigualdades –, mas também como algo que se programa para ocorrer. Isto é, trata-se de vislumbrar a aplicação de alguma prática que possibilite emergir um conflito que será debatido e discutido com os envolvidos.



SAIBA MAIS

Um conjunto de relatos de experiências com o ensino de práticas corporais pode ser obtido na revista *Caderno de Formação RBCE*. Boa parte dos artigos é escrita por professores que criaram inovações educacionais interessantes. Os números são de acesso gratuito e estão disponíveis em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos>.

O esporte é uma prática claramente enquadrada dentro dos interesses físicos do lazer. Todavia, não precisamos nos resumir a ele em nossa programação. Por exemplo, podemos trabalhar também os interesses artísticos, tanto na expectativa de assistir quanto na de praticar. Podemos projetar um filme sobre uma modalidade, discutindo com os envolvidos o que o cineasta quis abordar. Posteriormente, podemos estimular a produção de vídeos com o olhar específico de cada um. Podemos apresentar obras de arte nas quais há representação de alguma modalidade, depois compará-las com fotografias de jornais, refletir sobre o que está expresso nessas imagens, finalizando com a confecção de obras próprias dos envolvidos. Vejamos que não estamos interessados se esse material é muito bem concebido do ponto de vista da arte, apenas dando a oportunidade para expressão de pontos de vista específicos de outras formas que não a do depoimento.

Que tal trabalhar os interesses manuais com as atividades esportivas? Dependendo da modalidade, podemos envolver o público-alvo na própria confecção do material que vamos usar na programação. Busca-se envolver o maior número de pessoas em todas as fases, contribuindo inclusive para que os envolvidos aprendam como podem se organizar para praticar as modalidades em outros horários de seu cotidiano.

Os interesses sociais podem ser mobilizados com excursões para assistir a jogos e a campeonatos, visitar espaços específicos da prática esportiva ou vivenciar práticas corporais diversas, como caminhadas em áreas de natureza da cidade. Obviamente que isso pressupõe uma boa organização e preparação e em geral requisita certo investimento financeiro que pode vir da coordenação do projeto, de patrocínios ou mesmo de cotização do público-alvo (o que deve ser feito com cuidado para que ninguém fique excluído por dificuldades financeiras).

E que tal um bate-papo com antigos jogadores profissionais ou amadores, mesmo com alguém mais velho que gostava muito de praticar a modalidade? Estaríamos trabalhando os interesses intelectuais, que podem ser articulados depois com atividades práticas. Por exemplo, um senhor mais velho foi convidado para dizer como ele brincava quando era criança. Posteriormente, pode-se pedir que ele ajude a dinamizar brincadeiras semelhantes com o público-alvo.

Vale ter em conta que podemos aproveitar a já discutida presença do esporte por todo lado para ampliar nossa programação e criar alternativas de intervenção. Vejamos, por exemplo, o caso do futebol. Há muitas brincadeiras específicas com essa modalidade (“cascudinho”, “golzinho”, “rebatida”, “bobinho”). Há muitos jogos populares com referências a esse esporte (“preguinho”, “totó”, “botão”, futebol com chapinhas etc). Todos são possíveis atividades de serem usadas em nossa programação.

Enfim, trata-se de ampliar nosso olhar sobre as possibilidades de atuar com os esportes, nunca perdendo de vista a peculiaridade de nossa atuação (não atuamos com os outros quatro espaços, que têm suas especificidades), tampouco os aspectos educacionais que devem caracterizar uma atuação de qualidade no âmbito do lazer.

ATIVIDADE 1

Nesta primeira atividade avaliativa, você deverá refletir e tomar notas sobre algumas questões norteadoras que serão apresentadas. Procure respondê-las identificando possíveis soluções e estratégias a partir do que foi exposto no decorrer do texto. Experimente, você não vai se arrepende. Vamos ao trabalho?

1. Você já havia pensado no significado dos termos lazer e esporte? Afinal, como poderíamos definir o que significa lazer e esporte?
2. Você já havia refletido sobre o seu envolvimento com os temas? Como sua experiência pode ajudar a construção de um trabalho diferenciado?
3. Quais desafios você acha que vai encarar para a construção de uma proposta diferenciada de intervenção pedagógica com o esporte e o lazer tendo em vista o debate apresentado?

Sugestão de resposta

Na Atividade 1, é esperado que você faça uma análise sobre os sentidos e significados de lazer e esporte na modernidade, não somente apresentando seus principais conceitos, mas também refletindo sobre o processo sócio-histórico desses dois fenômenos. Pense, por exemplo, nas diferenças entre as concepções que buscam discutir o surgimento do esporte e do lazer. Pense nas condições históricas que possibilitaram sua emergência, o que estava acontecendo? Como viviam as pessoas, do que necessitavam? Que forças estavam em ação para que no fazer cotidiano surgissem tais manifestações culturais que atualmente movimentam recursos humanos tão diversos, bem como recursos financeiros tão significativos?



SÍNTESE

Nesta unidade, abordamos os conceitos de esporte e lazer, procurando demonstrar a importância de atuar nesse âmbito, chamando a atenção para as peculiaridades dessa atuação. Discutimos um pouco da história dos dois fenômenos, apresentando sua relação. Ressaltamos a grande presença cotidiana dos assuntos, tentando descaracterizar a ideia de que se trata de algo fortuito, ingênuo ou menos relevante na vida dos indivíduos.

Apresentamos alguns parâmetros de atuação tendo em vista o desafio de construir abordagens mais adequadas ao que se espera de um projeto com as características do nosso. Tais parâmetros podem ser aplicados na preparação de programações de intervenção que sintonizem nossos esforços com compreensões teóricas mais ajustadas e contemporâneas, sempre tendo em vista as suas possíveis contribuições para a cidadania.

2.1 INTRODUÇÃO

Minhas maiores sensações vinham dos dias de chuva e das ruas de barro, todas vividas na primeira infância, na Baixada Fluminense.

Morávamos numa avenida de casas construídas por um senhorio português em cima de um brejo, numa rua de barro. Quando chovia, e quase sempre chovia, gostava de tomar banho e deixar a cabeça embaixo de uma calha onde a água caía com força de cachoeira. Centrava a queda da água na moleira para testar se ela realmente estava dura. Ficava ali imóvel e sentia o nível da água subir nos meus pés. Os sapos começavam a coaxar, a avenida de casas ia enchendo e, quando a água começava a mudar de cor, para o preto ou para o barro, minha mãe mandava eu sair para não pegar doenças. Obedecia, mas ficava atento ao fim da chuva para correr e jogar bola na lama da rua. Dias de chuva e de sol foram determinando minha percepção sobre as coisas.

Periferia afetiva, Faustini, 2009.

A chuva que transborda a rua, a lama, o ventilador de segunda mão, o futebol na rua e as outras tantas memórias apresentadas por Marcus Faustini no texto acima apontam características de um lugar localizado na periferia do Rio de Janeiro. A palavra periferia refere-se àquilo que rodeia um determinado centro, ou seja, tudo que está ao redor. Assim, o conceito de periferia para identificar um lugar é associado aos espaços que estão ao redor, à margem dos centros urbanos. Faustini, em sua narração da *Periferia afetiva*, conta situações que bem poderiam ser a realidade vivida em qualquer outra periferia do país, espaços em que as memórias e o cotidiano dos moradores são marcados por estigmas de pobreza e violência, que também estão arraigados na conjuntura social e formação do lugar como território.



Mas, afinal, o que podemos chamar de território? É provável que tenhamos escutado com certa frequência o termo “território” nos telejornais, na mídia impressa, redes sociais e outros meios de comunicação. De tanto escutar, a palavra entra no nosso vocabulário diário sem que percebamos efetivamente seus significados. Por vezes, utilizamos “território”, “espaço” e “lugar” como sinônimos de locais e áreas que queremos apresentar em alguma conversa.

Contudo, é importante analisarmos melhor para compreendermos esse termo e os conceitos distintos que ele carrega, a fim de percebermos como eles influenciam os indivíduos de maneiras diversas nas experiências de lazer, tais como os exemplos na história de Faustini.

O território, segundo os principais dicionários, é uma área que caracteriza uma nação, estado, cidade ou bairro. É uma área física que constitui um espaço comandado por grupos políticos, militares e/ou sociais. Na geografia, o território é conceituado como “uma área demarcada na qual um sujeito, ou alguns indivíduos, ou ainda, uma coletividade, exercem o seu poder” (VIANA, 2013, p. 144). Ou seja, é tanto o espaço físico no qual habitamos quanto os usos e sentidos que fazemos e conferimos a ele. Dessa forma, compreendemos o território como um espaço de relações e disputas, em que determinadas categorias como cultura, memória e identidade desempenham papéis fundamentais na formação do cidadão.

Quando falamos de território, logo nos vêm à cabeça grandes áreas, como países, por exemplo. Mas, trazendo o termo para o nosso cotidiano social e cultural, percebemos que *território* está muito ligado às relações de poder, como disse Viana. No Rio de Janeiro, existem territórios que são dominados por grupos criminosos que ditam, inclusive, outras relações com a cidade. Nessas áreas, a atuação desses grupos acaba gerando altos índices de violência que influenciam diretamente no convívio social em muitos espaços administrados pelo Estado (escolas, postos de saúde, hospitais etc.).

Chamamos de *territorialidade* a maneira como as pessoas vivem nesse território, ou seja, os códigos de convivência e a relação entre estes e os arranjos locais.

2.2 LAZER E CONHECIMENTO LOCAL

Para quem circula em zonas periféricas, é possível notar que o território varia muito dentro das microáreas de um espaço. Ele está mais ligado ao “pedaço” (MAGNANI, 1998) que encerra em si uma forte rede de relações, cujo ponto de partida é a vizinhança. Esses laços se constituem a partir das experiências comunitárias, como colocar uma laje, tomar conta da filha do vizinho, jogar no mesmo time de futebol, ou organizar festas no *pedaço* ao qual aquele grupo pertence.

Os pedaços territoriais são caracterizados de diversas formas, tais como uma rua que pode ser conhecida como “larginho”; um lugar que tem como referência uma determinada árvore (“fica lá perto da Tamarineira”); e até alguma atividade de lazer, como um campo de futebol (campinho, areal). Todas essas relações constroem práticas e identificações que só fazem sentido naquele grupo e naquele lugar. Por exemplo, pense em um bairro periférico do Rio de Janeiro onde existe um campo de futebol com mais de 50 anos. O campo foi feito pelos próprios moradores e ao longo dos anos teve um melhoramento por parte do poder público. Quem chega aos domingos, no horário das 8h às 10h, vai poder assistir a vários senhores jogando: é o famoso futebol dos jogadores com mais de 60 anos. Para qualquer cidadão, vindo de outro lugar, o jogo de idosos não terá nada de especial se for comparado aos inúmeros jogos que ocorrem ao longo do dia. Mas, para quem mora naquele território, trata-se de um jogo de baluartes, “dos mais velhos”. Um jogo de pessoas que são respeitadas pela sua construção histórica e social naquele território. Muitos que, inclusive, ajudaram a construir o campo, a organizar os primeiros times, os torneios e até mesmo a construção do bairro.

O referido campo é um lugar marcado por territorialidades, como as histórias desses senhores e a relação de lugar que eles construíram com aquela área. Estamos partindo, assim, do contexto de que as territorialidades se configuram no cotidiano, nas práticas dos agentes no território

habitado, que, nesse sentido, se configura sempre, em alguma medida, como território vivido e que tem significado.

Esse território vivido expõe memórias de experiências construídas em lugares significativos. Elas podem ser alegres, referindo-se aos jogos inesquecíveis, às histórias da Copa do Mundo à qual assistiram na rua. E também podem ser trágicas: “Nesse lugar minha irmã tomou um tiro”. São lugares que remetem a memórias paradoxais (alegres e tristes), que descrevem bem a dinâmica dos territórios atravessados pela pobreza.

Além disso, os territórios periféricos também podem ser definidos como áreas marcadas pelas ausências de investimentos dos governos, de acesso e integração a outras zonas urbanas, de oportunidades de desenvolvimento; são tidos como lugares de exclusão e violência. Ainda que essas condições sejam distribuídas de forma desigual no território, faz-se necessário conhecer melhor a maneira como esses processos acontecem e contribuem para a construção social local.



MULTIMÍDIA

Para melhor ilustrar e entender essas relações que constroem os territórios, sugerimos assistir ao filme *5x favela: agora por nós mesmos*. Esse filme apresenta algumas características que abrangem o olhar sobre o território, pois é um filme brasileiro totalmente produzido, escrito e realizado por jovens moradores de favelas. Veja trecho do filme em: <https://youtu.be/km2LZprGgAA>.



PARA REFLETIR

Quais memórias você tem sobre o território em que viveu?

2.3 VULNERABILIDADE SOCIAL E LAZER

Os territórios populares, ainda que sejam áreas “marcadas por um forte sentimento de otimismo, uma vida rica em experiências associativas, imbuídas de amizades e espírito cooperativo”, são marcados pela grande vulnerabilidade social fomentada pela histórica desigualdade brasileira (ZALUAR, 1998, p. 8).

Nesse sentido, a vulnerabilidade social é caracterizada pela condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos. É um conceito caracterizado por alguns fatores como o Índice de Desenvolvimento Humano, contexto social, origem familiar e local (espacial e territorial), processos históricos e a divisão desigual de renda.

É uma marca que muitos brasileiros conhecem na pele. Um termo marcado como lugar de carência, da falta, do vazio, da ausência (ZALUAR, 1998). Cria estereótipos nas pessoas e nos lugares. Como vimos acima, esses territórios têm uma dinâmica social pautada nas suas ausências. A violência, que se tornou tão peculiar, acaba impondo o sobreviver como filosofia de vida a muitos jovens.

Essas características de território e vulnerabilidade social aqui debatidas não são únicas e regionais. Elas também podem ser observadas em outros territórios, como em Ribeirão das Neves, cidade mineira com uma população estimada em mais de 325 mil habitantes e localizada na periferia da região metropolitana. Ribeirão das Neves é um dos dez municípios do estado de

Minas Gerais mais dependentes do programa Bolsa-Família, de acordo com dados do Índice de Desenvolvimento Humano de 2010; e é conhecido no Brasil por abrigar várias unidades prisionais somando mais de cinco mil detentos, incluindo o Presídio de Segurança Máxima Dutra Ladeira, o que gera um estigma aos habitantes. Para exemplificar, recentemente o locutor de um programa da Rádio Jovem Pan (de repercussão nacional), ao atender a participação de um ouvinte que se identificou como morador de Ribeirão das Neves, fez a seguinte pergunta: “Você está falando de Neves porque está preso?”.

Outro fator que contribui para a rotulação negativa do município é sua infraestrutura e geografia. A cidade possui uma extensão territorial de aproximadamente 155.454 km² divididos em bairros distantes uns dos outros, com muitos esgotos a céu aberto, córregos sem canalização, serviço público de transporte totalmente precário, ruas sem asfalto e repletas de buracos que dificultam o acesso às casas e o tráfego de automóveis e ônibus entre as regiões. Além da falta de investimento público em educação, lugares de acesso ao lazer, à cultura e prática esportiva, o que contribui para uma baixa estima que atinge especialmente os mais jovens. Essas vulnerabilidades acabam por interferir diretamente nas vivências do espaço social em que o indivíduo circula.

Essa interferência atinge a construção de estigmas sobre os lugares e as pessoas. É comum vermos esses lugares, que são marcados pelas vulnerabilidades, conviverem com uma política de invisibilidade, que acaba relegando-os para a margem da cidade. Por exemplo, para quem chega ao Rio de Janeiro pelo aeroporto Antônio Carlos Jobim, é possível ver as barreiras colocadas para esconder a favela da Maré.

Além disso, outros cerceamentos são impostos, como a ausência de transporte público, principalmente em horários que permitiriam uma circulação na cidade no âmbito do lazer, conforme vimos no município de Ribeirão das Neves-MG. É como se o morador da periferia tivesse a sua circulação imposta ao lugar de moradia e adjacências. Isso caracteriza esses territórios como um lugar em que o Estado não se instalou de fato.



SAIBA MAIS

Vale a pena ler o livro *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*, dos autores Renato Meirelles e Celso Athayde. Descrição do livro:

- Se as favelas fossem um estado, seria o quinto mais populoso da federação, capaz de movimentar 63 bilhões de reais a cada ano.
- A pesquisa Radiografia das Favelas Brasileiras reuniu números surpreendentes e reveladores sobre esse território, muitas vezes estigmatizado pelo senso comum. Da pesquisa surge esse livro, que mostra que é difícil entender o Brasil sem entender as favelas, unindo o rigor científico das pesquisas de opinião com o conhecimento prático dos moradores de favela.
- O universo da favela real parece ainda invisível à grande mídia, aos intelectuais e a boa parte dos planejadores de negócios, que ignoram e desprezam seu poder transformador. Estamos diante de um novo cenário nas favelas do Brasil. Então, quais são os perfis que se revelam e as perspectivas que trazem à nossa sociedade?
- Os autores desmistificam a favela de hoje apoiando-se em informações inéditas, mostrando que esse é um território não apenas importante e em desenvolvimento, mas também uma área de grandes e compartilhadas oportunidades – o coração vibrante do Brasil.

Essas tramas sociais acabam atingindo diretamente uma juventude que vive em territórios em que “policiar e urbanizar é a mesma coisa” (FOCAULT, 2002, p. 452). Nessa lógica, a vulnerabilidade acaba se tornando íntima da violência e isso gera grandes marcas na construção do indivíduo. É uma violência física e simbólica que deixa marcas na construção da identidade, principalmente na população jovem.

Por meio dessas reflexões, é possível entendermos melhor as dinâmicas sociais e territoriais que as vulnerabilidades fomentam, voltando nosso olhar principalmente aos jovens para os quais o Estado só se fez presente, de fato, através da penalização. Uma penalização marcada pelas ausências de direitos e que se faz demasiadamente presente nas medidas endereçadas aos jovens das camadas populares que tiveram sua humanização negada.

É importante frisarmos essas reflexões, pois vivemos um tempo marcado pelo julgamento moral, e para nós, educadores, torna-se necessário praticar a sensibilidade no trato com os jovens historicamente estigmatizados. Esse olhar de ressignificação deverá entender o Esporte, o Lazer e a compreensão das Territorialidades existentes como importantes instrumentos educacionais. O trato com o jovem dos territórios periféricos problematiza a ausência das condições necessárias para o pleno desenvolvimento da cidadania.



SAIBA MAIS

Para melhor ilustrar e entender as relações dos jovens com os territórios periféricos, bem como nosso papel como educadores sociais, sugerimos assistir ao filme *Nunca me sonharam*, com direção de Cacau Rhoden. Esse filme tem algumas características que abrangem o olhar sobre as territorialidades que atravessam a vida dos jovens no Brasil. É um filme que traz reflexões importantes para nós, educadores e está disponível em <https://youtu.be/KKmAgO2N5f0>.

2.4 LAZER E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A importância das atividades culturais, sociais e de esporte e lazer na política de direitos humanos se observa nas ações de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes por intermédio de serviços e programas inseridos em políticas públicas. Assim, esporte, cultura e lazer são componentes dos programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas, propiciando aos internos o acesso às programações culturais (teatro, literatura, dança, música, artes e atividades esportivas) e à aprendizagem de valores por meio dessas atividades.

Desse modo, entendendo a importância dessas atividades para jovens que estão sendo assistidos por medidas socioeducativas (I - Advertência; II - Obrigação de Reparar o Dano; III - Prestação de Serviços à Comunidade; IV - Liberdade Assistida; V - Semiliberdade; VI - Privação de Liberdade ou Internação), pensamos, nesta unidade, em abordar alguns temas que são de suma importância para a prática dos profissionais do lazer que estarão ministrando aulas para jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas.

Miguel Arroyo (2014) afirma que a desigualdade social cria “outros sujeitos” e que é necessário para nós, educadores, criarmos “outras pedagogias” para lidar com esses “outros sujeitos”. Ora, estamos falando de uma juventude pobre, negra, parda, favelada, periférica, que teve a sua história, a sua memória, o seu território tratado como subalterno, inexistente. Jovens que formam, historicamente, uma *Ralé brasileira* (SOUZA, 2016).

Tendo a sensibilidade de ressignificar o olhar para esses territórios estigmatizados por uma sociedade marcada pelo julgamento moral e pela histórica visão dos espaços de medidas socioeducativas, como prisões juvenis, pensamos nessas urgências de entender a grande função social que as atividades culturais e de esporte e lazer têm no processo das medidas socioeducativas. Ou seja, “trata-se de reconhecer os potenciais educacionais do lazer para reintegrar cidade e cidadão” (MELO, 2003, p. 80).

Uma das questões fundamentais para o trato com esses adolescentes é o respeito aos princípios à condição peculiar de *pessoa em desenvolvimento*. Esse princípio refere-se ao cuidado e respeito ao desenvolvimento do adolescente e a sua capacidade de responder as limitações que as medidas socioeducativas impõem, principalmente a internação.

Nesse sentido, as atividades de esporte e lazer devem se adequar ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens, e devem, sobretudo, criar ações que fortaleçam o papel do jovem como cidadão participativo e criativo nas construções cotidianas. Como vimos no outro tópico do curso, o território de onde esses jovens vêm são marcados pelas ausências do poder público em diferentes contextos, seja na lógica de violência ou até mesmo na ausência da trave de futebol no campo da comunidade. Contudo, esses espaços também são marcados por diversas atividades esportivas e de lazer, tais como golzinhos (um futebol feito com traves menores), carrinhos de rolimã (carro de madeira confeccionado com rolamentos de carro), pipa, giriquinhos (pipas de papéis) e tantas outras. Essas atividades abrem a possibilidade de os jovens proporem jogos que os remetam à memória dos territórios aos quais são pertencentes. Dentro dessa proposta, em uma atividade em que o eixo central seja o futebol, por exemplo, podemos explorar desde a memória de grandes jogos dos quais eles participaram ou aos quais assistiram, as diferentes configurações que eles jogavam/jogam nos seus territórios (golzinho, rebatida, toquinho, altinho, gol a gol) e até mesmo as diferentes regras que foram criadas nos seus lugares (bola no alto não sai, lateral pode ser com pé e com a mão, gol de goleiro não vale e tantas outras). É uma proposta simples, mas tem um grande poder de enaltecer as identidades que foram sendo inibidas nessa juventude ao longo dos anos.



MULTIMÍDIA

Para melhor ilustrar e entender essas atividades, sugerimos assistir ao filme *Território do brincar*, de Renata Meirelles e David Reeks. Esse filme explora diversas atividades de lazer que atravessam os territórios, e traz reflexões importantes para nós, educadores. Assista a um trecho do filme em: <https://youtu.be/uRfjUGy-Y0A>.

2.5 JUVENTUDE E SUJEITOS SOCIAIS

A valorização do jovem como sujeito social de direitos, de memória, de territórios, só será possível com a participação de um socioeducador capacitado e inteirado de toda construção social que envolve esses jovens e o espaço em que eles estão inseridos. Nesse sentido, nós, educadores, temos um papel fundamental na construção de experiências que toquem, isto é, que atravessem o sujeito. Assim, “o sujeito da experiência não é um sujeito objetivador ou coisificador, e sim um sujeito aberto que se deixa afetar pelos conhecimentos” (LARROSA, 2014, p. 110).

Entendendo a experiência como algo rico no processo pedagógico das atividades, efetiva-se a necessidade de uma prática construtiva e solidária ao histórico do adolescente. Essas garantias

são importantes, inclusive, para o melhor entendimento e respeito sobre o eixo da diversidade (étnico-racial, gênero e orientação social), que objetiva combater qualquer tipo de preconceito, discriminação e desigualdade étnico-racial.

Outro fator importante para a (re)construção da cidadania desses jovens é conhecer as realidades que são tecidas no território em que as atividades são exercidas. Mesmo se tratando de uma instituição educacional gerida pela Secretaria de Educação, acreditamos que o modelo e a prática pedagógica de cada unidade têm suas especificidades. Isso pode ser exemplificado pelo Projeto Político Pedagógico de cada unidade. Dessa forma, dialogar com os educadores que trabalham com esses jovens é um rico processo para um melhor entendimento da realidade local e, a partir disso, para a construção de um plano de ação viável de atividades.



FIQUE ATENTO

Além de conhecer a identidade da unidade, faz-se importante, como vimos em outro capítulo, conhecer o território em que ela está inserida. Esse conhecer refere-se à caracterização do território em que o programa está instalado, que consiste em três dimensões:

- caracterização do território ao qual os adolescentes pertencem (bairro, cidade, relações de poder);
- caracterização da rede social de serviços, projetos e espaços públicos existentes que possam ser acessados pelos jovens e que possibilitem atividades fora do núcleo (atividades de lazer em parceria com outras instituições públicas), respeitando as demandas dos adolescentes e especificidades dos programas de internação, semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade;
- perfil psicossocial do grupo atendido. Quem são? Faixa etária, grau de escolaridade, hábitos culturais, vínculos familiares, gênero e outros aspectos que se façam relevantes.



MULTIMÍDIA

Vale a pena assistir ao documentário *Pro dia nascer feliz*, de João Jardim. No filme, o diretor entrevista jovens de escolas públicas de diferentes regiões do país, a fim de conhecer quais são as expectativas e as percepções da vida adulta. Disponível em: https://youtu.be/nvsbb6XHu_I.

Quando falamos de professores de educação física, agentes comunitários e outros profissionais que trabalham com esportes e lazer, logo imaginamos inúmeras e marcantes experiências que tenham direcionado esses profissionais. Todavia, acreditamos que essas experiências, sejam em campos de futebol, quadras, piscinas, ruas ou praças, tenham construído laços de pertencimento que contribuíram diretamente para as identidades que hoje estão tecidas no “ser humano”, no ser professor e no ser educador (MATURANA; REZEPKA, 2003).

Essas identidades são importantes para a construção desse educador, pois é ele quem irá fomentar experiências aos jovens marcados por diversos processos que os construíram como “Outros”; como subcidadãos.

ATIVIDADE 2

Para finalizar esta unidade, assista ao filme *Última parada - 174*, dirigido por Bruno Barreto, disponível em: <https://youtu.be/XILFSz09gqw>. Baseado em fatos reais, esse filme exemplifica os estigmas e as falências que o jovem de periferia carrega. Ele traz reflexões importantes acerca da construção do ser social, já debatido no capítulo anterior. Essa compreensão é de suma importância para os educadores que irão trabalhar nesses territórios.

A partir das reflexões advindas do filme, crie uma lista de problemas sociais apresentados no vídeo. Em seguida, comente acerca de suas possíveis origens e, para finalizar, comente acerca das ações que possam intervir na plena construção cidadã desses jovens.

SUGESTÃO DE RESPOSTA

Nesta atividade, espera-se que o aluno sistematize suas ideias sobre todo processo de aprendizagem adquirido no curso, buscando correlações da sua prática profissional com os assuntos abordados no filme *Última parada - 174*. No filme é possível observar diferentes problemas sociais que apontam para as causas da violência urbana existentes em diversas periferias do país.

Nessas problemáticas apresentadas, espera-se que o cursista aborde as violências que atravessam as vidas de tantos Sandro(s) provindos de diferentes periferias do país. Jovens que (sobre)vivem em contextos familiares e sociais marcados por diferentes tipos de violência, sejam oriundas do contexto familiar e/ou do Estado.



SÍNTESE

Nesta unidade retratamos a importância dos debates acerca de território, juventude e vulnerabilidades sociais, procurando demonstrar a importância desses temas para a atuação cidadã em programas de esporte e lazer. Discutimos acerca do que é território e como suas configurações, o que chamamos de territorialidade, são relevantes para a construção das juventudes, principalmente em territórios periféricos. Destacamos o valor dos assuntos no cotidiano e seu mérito na construção de um educador social.

Apresentamos alguns vídeos que ajudam a refletir acerca da urgência de projetos e ações voltadas para áreas marcadas pelas vulnerabilidades sociais. Tais reflexões procuram trazer compreensões teóricas que tenham possíveis contribuições que garantam o direito de acesso à cidade para todos e todas.

3.1 INTRODUÇÃO

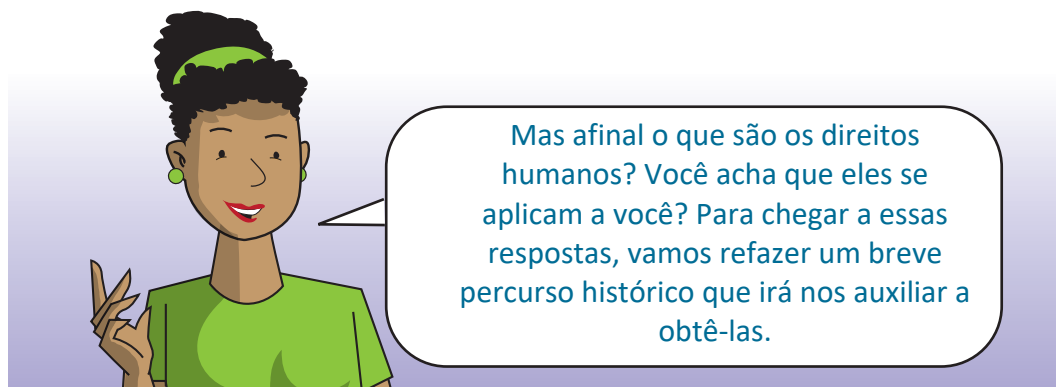
INTERTEXTO

“Primeiro levaram os negros
Mas eu não me importei com isso
Eu não era negro.
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.”

Bertold Brecht (1898-1956)

3.1.1 PARA COMEÇO DE CONVERSA...

Considerada “Constituição Cidadã” e destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais dos cidadãos, a Constituição Federal brasileira de 1988 em seu artigo 4º, inciso II, apresenta o seguinte princípio: “Prevalência dos Direitos Humanos”.



3.2 DIREITOS HUMANOS: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Toda história teve um início e esta não seria diferente. No caso dos direitos humanos, em que sua essência está na luta contra a opressão e a busca do bem-estar do indivíduo, com as ideias de justiça, igualdade e liberdade, seu conteúdo penetra a vida social desde o surgimento das primeiras comunidades humanas. Nesse sentido, podemos dizer que a evolução histórica passou por fases ao longo dos séculos, auxiliando a consolidar o conceito. Importante destacar que não podemos medir ou julgar épocas distantes de nossa história com nosso olhar do presente, de hoje, pois o contexto social da época responde às ações realizadas.

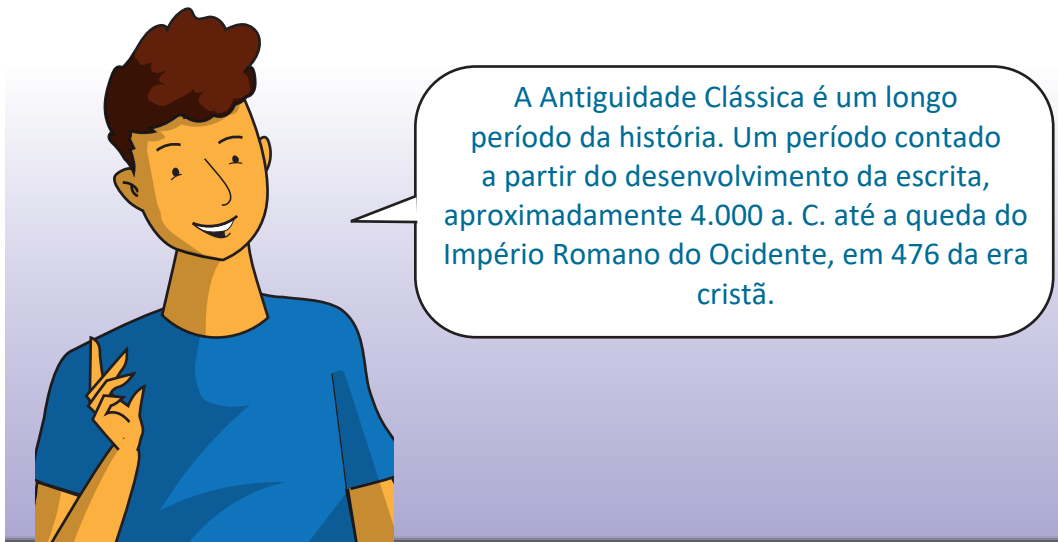
Segundo Ramos (2017), o primeiro passo para afirmação dos direitos humanos ocorreu na Antiguidade ou Idade Antiga, mais precisamente entre os séculos VIII e II a. C. Nesse período histórico, vários filósofos, que nos influenciam até hoje, já tratavam dos direitos dos indivíduos, dentre eles, Confúcio na China, Buda na Índia e Dêutero-Isaías em Israel. O que tinham em comum: a adoção de códigos baseados no amor e no respeito.



Figura 1 - Confúcio



Figura 2 - Templo de Confúcio em Beijing, China, março de 2012



Temos também no Antigo Egito, a aparição do reconhecimento de direitos de indivíduos. Na Suméria Antiga (primeiro povo a habitar a região da Mesopotâmia), o Rei Hammurabi, da Babilônia, editou o *Código de Hammurabi* (1772-1750 a. C.), sendo considerado o primeiro código de normas e condutas, em que é possível ver esboços de direitos dos indivíduos, em especial o direito à vida. Na Pérsia, Ciro, o Grande, o primeiro rei da antiga Pérsia, em 539 a. C., junto com seu exército, conquistou a cidade de Babilônia. Anterior a esse fato, suas ações marcaram um feito muito importante para as pessoas, pois ele libertou os escravos, declarando que todos tinham direito de escolher sua religião, e estabeleceu igualdade racial. Esses e outros decretos foram registrados num cilindro de argila, denominado "*Cilindro de Ciro*", atualmente exibido no Museu Britânico, em Londres. Esse objeto foi descoberto em 1879, e, em 1971, a Organização das Nações Unidas – ONU o traduziu em todos os seus idiomas oficiais.



Figura 3 - Cilindro de Ciro



SAIBA MAIS

Leia na íntegra o “Texto do Cilindro de Ciro”, disponível em: <https://bit.ly/3kpesRp>.

A Grécia também deixa heranças sobre o tema dos direitos humanos. Como grande marca, há a conquista dos direitos políticos. Mesmo havendo diversas exclusões, esse direito foi se consolidando com a participação política dos cidadãos. Entre os atenienses importantes para esse tema, temos Platão com sua obra *A República* (400 a. C.), defendendo a igualdade, e Aristóteles com a obra *Ética a Nicômaco*, ressaltando a importância do agir com justiça para o bem de todos. Há ainda que citar a temática dos direitos humanos no Antigo e no Novo Testamento da Bíblia, a partir dos Cinco livros de Moisés; a *Torah* (1800-1500 a. C.), apregoando solidariedade e preocupação com o bem-estar de todos até o advento do Cristianismo, observando-se que há diversos trechos da Bíblia que pregam igualdade e solidariedade com o semelhante.

Na Idade Média, precisamente na Europa, o poder dos governantes era sem limite, pois acreditavam que estava relacionado à vontade divina. Esse período pode ser considerado como a crise da Idade Média. Nessa mesma época, surgem os primeiros movimentos de reivindicação de liberdades. Podemos citar a *Declaração das Cortes de Leão*, de 1188, na Península Ibérica, e a *Carta Magna Inglesa* em 1215, esta última vista como um dos documentos legais mais importantes no desenvolvimento da democracia moderna, sendo um ponto de partida fundamental para o estabelecimento da liberdade.



SAIBA MAIS

Idade Média: é um período da história da Europa entre os séculos V e XV. Inicia-se com a queda do Império Romano do Ocidente e termina durante a transição para a Idade Moderna. Sugestão de literatura: LE GOFF, J. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Para aprofundar a leitura, acesse o link: <https://bit.ly/3iZH5Ff>.

3.2.1 AS REVOLUÇÕES: CAMINHOS PARA A DECLARAÇÃO UNIVERSAL

As revoluções ocorridas na Inglaterra, Estados Unidos e França, assim como suas Declarações de Direitos, marcaram a primeira afirmação na história dos direitos humanos. Abaixo, um resumo dos princípios que marcaram tais revoluções:

Quadro 1 - Princípios das revoluções

Revolução	Ano	Característica
Inglesa	1628	Buscou garantir determinadas liberdades individuais.
Americana	1787	Criação da Constituição norte-americana. No entanto, somente em 1791 que foi introduzido o rol de direitos na Constituição.
Francesa	1789	Adoção da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e Cidadão que consagra os valores de Liberdade, Igualdade e Fraternidade (<i>Liberté, Egalité et Fraternité</i>).



SAIBA MAIS

A Revolução Francesa foi um movimento social e político que ocorreu na França, em 1789, e derrubou o Antigo Regime, abrindo o caminho para uma sociedade moderna com a criação do Estado democrático. Além disso, acabou influenciando diversos lugares no mundo, com os seus ideais de Liberdade, Igualdade, Fraternidade (*Liberté, Egalité, Fraternité*). De grande importância, pois apresenta uma ideia revolucionária ao mundo: a possibilidade de as pessoas lutarem por seus direitos. Para aprofundar seus conhecimentos, acesse: <http://revolucao-francesa.info/>.



PARA REFLETIR

Os valores Liberdade, Igualdade, Fraternidade, oriundos da Revolução Francesa, ganharam eco por vezes que clamam pelo respeito e pela valorização aos direitos humanos. Com os conhecimentos que adquiriu até aqui, e com aqueles que estão sendo reformulados e questionados a partir desta leitura, reflita: em sua avaliação, o Brasil já alcançou esses princípios? Por que pensa dessa forma? Reúna seu grupo e promova um ciclo de debates sobre esse tema, pensando na realidade de nosso país.

Apontando uma visão para o século XX, o universalismo presente na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão será o grande alicerce da futura afirmação dos direitos humanos com a edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que vamos apresentar a seguir.

3.3 A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E OS TRATADOS

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1945), a sociedade internacional necessitava de uma nova organização visando à busca pela paz entre os povos, tendo em vista a devastação de dezenas de países assim como de milhares de pessoas.



Figura 4 - Logomarca da ONU

Em abril de 1945, delegados de cinquenta países reuniram-se na Conferência de São Francisco. Nessa Conferência, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo da Conferência das Nações Unidas na Organização Internacional era formar um corpo internacional para promover a paz e prevenir futuras guerras. Os ideais da organização foram declarados no preâmbulo da sua carta de proposta:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. E para tais fins praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos (BRASIL, 1945).



SAIBA MAIS

Para ler os principais documentos da ONU sobre os direitos humanos, acesse: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/documentos/>. Para relação dos países-membros da ONU, acesse: <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/#paisesMembros2>.

3.3.1 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)

Os direitos humanos existem para que se tutelem as garantias mínimas para a vida, a dignidade e a liberdade do ser humano em sociedade, para que dessa forma ele possa viver em equilíbrio consigo mesmo e com os outros. Para que haja justiça e paz social, deve haver garantias institucionais positivando e garantindo o cumprimento dos direitos humanos.

De acordo com a definição da ONU, direitos humanos são direitos de todos os seres humanos, independentemente de nacionalidade, etnia, idioma, raça, sexo ou qualquer outra condição. Os

direitos à vida, à liberdade de expressão, ao trabalho e à moradia são apenas algumas garantias que devem ser resguardadas para todos os seres humanos. A garantia dos direitos humanos universais é feita por lei, na forma de tratados e de leis internacionais, por exemplo.

Em dezembro de 1948, sob forma de Resolução da Assembleia Geral da ONU, em Paris, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), também chamada de “Declaração de Paris”. Essa declaração é, sem dúvida, um marco que veio responder às atrocidades que aconteceram durante a Segunda Guerra Mundial. Esse documento possui trinta artigos que explicitam o rol dos direitos humanos aceitos internacionalmente. A Declaração é um dos mais importantes documentos já escritos, pois, é validada e respeitada internacionalmente, sendo utilizada como inspiração para diversas Constituições ao redor do mundo, como no caso do Brasil. É considerada a proclamação internacional dos direitos básicos dos indivíduos no que se refere a direitos políticos, econômicos e sociais.

Com a Declaração de 1948, tem início uma terceira e última fase, na qual a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo, universal e positiva: universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado. No final desse processo, os direitos do cidadão terão se transformado, realmente, positivamente, em direitos do homem. Ou pelo menos, serão os direitos do cidadão daquela cidade que não tem fronteiras, porque compreende toda a humanidade; ou, em outras palavras, serão os direitos do homem enquanto direitos do cidadão do mundo (BOBBIO, 1992, p. 29-30).



FIQUE ATENTO

Apesar de ser um documento internacional, sua aprovação não foi unânime. Embora tenha sido aprovada por 48 votos a favor e sem voto contrário, países como Bielorrússia, Checoslováquia, Polônia, União Soviética, Ucrânia, Iugoslávia, Arábia Saudita e África do Sul se abstiveram, e Honduras e Lêmen não participaram da votação.

Os Estados-membros das Nações Unidas comprometeram-se a trabalhar uns com os outros para promover os trinta artigos de direitos humanos que, pela primeira vez na história, tinham sido reunidos e codificados em um único documento.



SAIBA MAIS

Acesse o link e leia na íntegra o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH): https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf.

3.3.2 AS NORMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No cenário internacional, os equívocos vivenciados no trato com crianças e adolescentes, no que se referem aos direitos a eles destinados, são pauta das agendas dos principais organismos internacionais de defesa desse público. A configuração política necessitava de reformulações que caminhassem a favor dos direitos humanos. Nesse sentido, conforme citado anteriormente,

em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Onze anos depois, visando proteger os direitos das crianças e adolescentes, em 1959, é aprovada a Declaração Universal dos Direitos das Crianças. Em 20 de novembro de 1989, a Assembleia da ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC), ratificada pelo Brasil em 24 de setembro 1990. A Convenção completa a Declaração, representando o mínimo que toda sociedade deve garantir às suas crianças, reconhecendo-lhes normas e medidas de proteção que todos os países signatários, ou seja, assinantes, devem adotar. No Brasil, a convenção foi assinada em 26 de janeiro de 1990. Assim, a nova Convenção reconhece a criança enquanto indivíduo, com necessidades que evoluem com a idade e a maturidade.



SAIBA MAIS

Assista ao filme *6 Cups of Chai*, dirigido por Laila Khan, que conta a história do menino Dharavi, que trabalha como vendedor de chá e mora na favela mais pobre de Mumbai, na Índia. Ele alimenta um simples desejo: ir à escola como as outras crianças. *Trailer* disponível em: <https://youtu.be/dTHOajOZJYY>.

Clique nos links abaixo e leia na íntegra a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1989:

- <https://bit.ly/3DaM26a>
- <https://uni.cf/3zuRePW>

3.4 OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

3.4.1 OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988

Como vimos até aqui, os direitos humanos são um importante instrumento de proteção a toda e qualquer pessoa no mundo. Por isso, são garantidos por inúmeros tratados e documentos jurídicos em diversos países e um deles é o Brasil.

Desde a primeira Constituição Brasileira, em 1824, houve a aparição de um conjunto de direitos a serem garantidos pelo Estado. Atualmente, na Constituição de 1988, considerada “Constituição Cidadã”, por ter ampliado a proteção aos direitos, são garantidos os direitos humanos, sendo isso inclusive considerado um grande avanço no campo jurídico e social, já que o país conta com uma história marcada por episódios de graves desrespeitos a esses direitos, sobretudo no período do Regime Militar.

No decorrer da história brasileira, aproximando-se da década de 1980, tendo em vista a crise e o esgotamento do modelo gestor vigente e seguindo as tendências internacionais, o Brasil clamava por um regime político que atendesse aos anseios da população pelo estabelecimento de um Estado de direito.

Nossa Carta Magna¹ garante os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos nossos cidadãos.

¹ Carta Magna ou Constituição, é um texto normativo que apresenta as disposições gerais para organizar a vida em sociedade e o funcionamento do estado (www.conceitos.com/carta-magna).

Conforme Ramos (2017), a Constituição é uma norma superior, tendo princípio de validade sobre todas as demais normas do país, ou seja, é a lei principal que rege o Brasil. Em nossa Constituição, temos os chamados Direitos Fundamentais, que são os direitos humanos que devem ser garantidos e protegidos pelo Estado brasileiro.



SAIBA MAIS

Você sabia que em nossa Constituição existem as chamadas cláusulas pétreas?

Elas são as normas que constam na Constituição, cujo conteúdo não pode ser eliminado ou rebaixado de forma alguma, mesmo por Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Estão dispostas em seu artigo 60, parágrafo 4º. São elas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; e os direitos e garantias individuais.

3.5 OS DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

O conceito de criança, enquanto sujeito de direitos, nasce como fruto dos debates sobre os direitos humanos que se deram no plano internacional nas décadas de 1970 e 1980, em especial, a partir das discussões envolvendo a igualdade perante a lei e o respeito à diferença. No Brasil, esse debate ganhou mais força no período de redemocratização, após a ditadura militar iniciada em 1964.

Organizações não governamentais de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, influentes no projeto da Convenção dos Direitos da Criança da ONU, iniciaram um movimento em direção à cobrança por introdução de conteúdos dos documentos das Nações Unidas na Constituição Federativa do Brasil.

Ao incluir na Constituição a garantia dos direitos da infância e da adolescência, o Estado brasileiro faz a opção clara pela Doutrina da Proteção Integral. Essa doutrina surgiu no cenário jurídico, inspirada nos movimentos internacionais de proteção à infância, também materializados em tratados e convenções.

Com o avanço da abertura política no Brasil, vozes surgiram de diferentes segmentos para denunciar as injustiças e as atrocidades que eram cometidas contra as crianças e adolescentes no país, mostrando que crianças pobres não tinham nem sequer direito à infância (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

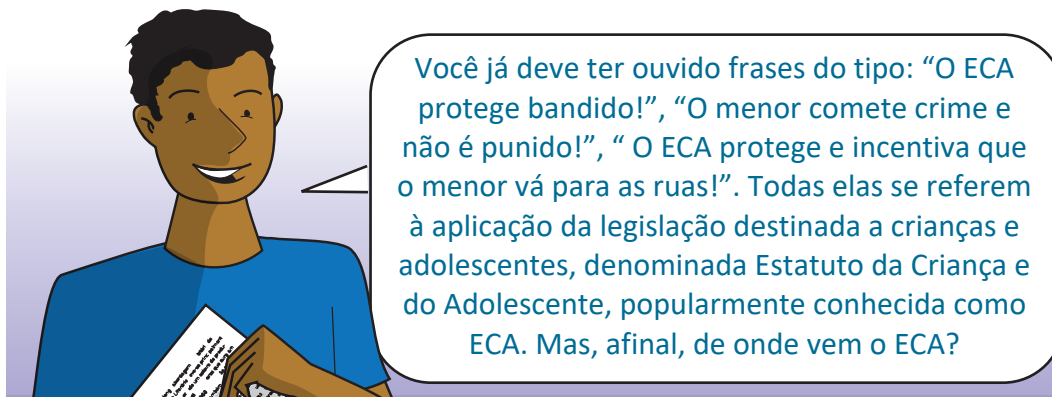
Na Constituição de 1988, em seu artigo 227, os direitos da criança e do adolescente passam agora a ser dever da família, da sociedade e do Estado, antecipando-se à Convenção das Nações Unidas de Direito da Criança, aderindo integralmente à Doutrina da Proteção Integral, conforme:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

Segundo Costa (2006, p. 66), “tudo o que é considerado direito das crianças e dos adolescentes deve ser considerado dever das gerações adultas, representadas pela família, a sociedade e o

Estado”. Afirma também que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, com base na Lei nº 8.069, de 1990, popularmente conhecida como ECA, que veremos adiante.

3.5.1 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)



Essa lei surge como desdobramento de tratados internacionais sobre o tema, assim como a lei máxima que rege o Brasil, a Constituição Federal de 1988. Em 1987, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da nova Constituição do país. Durante a vigência da Assembleia Nacional Constituinte, o movimento da infância se mobilizou e conseguiu incluir o artigo 227 na Constituição Federal. Dois anos depois era promulgado o Estatuto da Criança.

Em sua essência, o artigo 227 da Constituição Federal passa a considerar a criança e o adolescente como sujeitos detentores de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, não mais sendo aceitável a utilização do termo menor. Levando em consideração tais princípios, em 1990, foi sancionada a Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, popularmente conhecido como ECA, com finalidade de proteger os direitos humanos de todas as crianças e adolescentes do solo brasileiro.

O ECA considera as crianças e adolescentes brasileiros como sujeitos de direitos, afirmando seu valor essencial como ser humano, destacando a necessidade de especial respeito a sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e juventude e o reconhecimento de sua situação de vulnerabilidade.

De acordo com o ECA, os termos a serem utilizados são: *criança*, pessoa com até 12 anos de idade, e *adolescentes*, pessoas na faixa etária entre 12 e 18 anos. Nesse sentido, é equivocado o uso do termo “menor” para classificar o cidadão brasileiro na faixa etária de 0 a 18 anos. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade. O que os torna mercedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, cabendo, a este último, em caráter de prioridade absoluta, a promoção e defesa de seus direitos mediante políticas públicas que atinjam a todos.

Os seus princípios buscam orientar para uma concepção garantista, ou seja, com direitos garantidos, superando, assim, a lógica assistencialista, que estava relacionada a um benefício, e não ao direito, vivida por longos anos no país. Com isso, assumimos “criança e adolescente” com atenção privilegiada às suas características básicas, sendo intitulados como prioridade absoluta, ou seja, crianças e adolescentes têm prioridade de atendimento em serviços públicos (hospitais

e postos de saúde, por exemplo), na prestação de socorro, no planejamento de políticas públicas e na destinação de verbas para a execução de tais políticas.



FIQUE ATENTO

O ECA está dividido em dois grandes grupos, a saber:

- Livro I (Parte Geral), dividido em três títulos: “Título I: Das disposições preliminares”; “Título II: Dos direitos fundamentais”; “Título III: Da prevenção”;
- Livro II (Parte Especial), dividido em sete títulos: “Título I: Da política de atendimento”; “Título II: Das medidas de proteção”; “Título III: Da prática do ato infracional”; “Título IV: Das medidas pertinentes aos pais ou responsáveis”; “Título V: Do conselho tutelar”; “Título VI: Do acesso à justiça”; “Título VII: Dos crimes e das infrações administrativas”.

Um dos avanços políticos foi a criação de órgãos importantes para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares. Em ambos os espaços, a participação popular foi privilegiada, dando atenção à determinação dos princípios da Constituição Federal e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Como grandes princípios dessa normativa, podemos citar a participação direta da sociedade no exercício da cidadania e a universalização, ou seja, o acesso às políticas públicas básicas para todas as crianças e adolescentes.

Sua concepção de atendimento ficou consagrada como Sistema de Garantia de Direitos, que pode ser estruturado da seguinte forma: Sistema Primário, que trata das políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes (artigos 4º e 86-88); Sistema Secundário, que trata das medidas de proteção dirigidas às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal ou social, previstas nos artigos 98 e 101; e o Sistema Terciário, que aborda a responsabilização penal do adolescente infrator, através das medidas socioeducativas – previstas no artigo 112 –, as quais podem ser aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais.

Neste módulo, vamos nos deter às questões relacionadas às medidas socioeducativas.



SAIBA MAIS

Acesse o link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm para conhecer na íntegra o ECA.

Indicação de filme: *Pele 1 Real* (2014), de Aline Guimarães. O curta narra a dura rotina de meninos do Rio de Janeiro que vivem na periferia e sustentam a si mesmos e a suas famílias trabalhando como vendedores ambulantes em sinais de trânsito. Disponível em: <https://youtu.be/qqCCJYvFVU4>.

3.5.2 O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A nova concepção jurídica adotada pelo país, a Doutrina da Proteção Integral, requer que o Brasil rompa com conceitos e práticas enraizados ao longo da história no trato com crianças e adolescentes. A partir daí, inaugura-se o termo “adolescente em conflito com a lei”, que se refere àquele(a) autor(a) de ato infracional (artigo 103, ECA), em substituição a uma série de “categorias discriminatórias” (carentes, abandonados, inadaptados e infratores) que constavam no Código de Menores.

29/07/2016 08h50 - Atualizado em 29/07/2016 08h56

Maioria dos menores infratores tem pais criminosos, diz conselheira

Apreensões de menores cresceram 26% no Tocantins este ano. Conselheira tutelar afirma ainda que a maioria é usuária de drogas.

Figura 5 - Reportagem utilizando termo já abolido segundo ECA

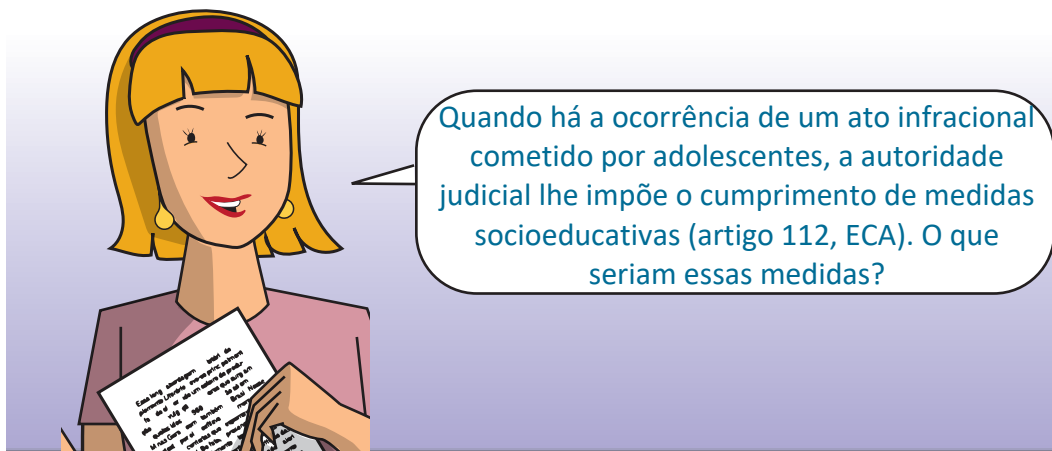
Por considerar o menor de dezoito anos como penalmente inimputável (art. 104, ECA), ou seja, pela impossibilidade de responder frente às leis penais, ele fica sujeito ao cumprimento das medidas socioeducativas previstas no artigo 112 da mesma lei.



SAIBA MAIS

Fique atento aos conceitos:

- Doutrina – No âmbito jurídico, é um conjunto de ideias, opiniões, juízos críticos, conceitos e reflexões, no ensino do direito e na interpretação das leis (NUNES, 1999);
- Doutrina da Proteção Integral – Doutrina jurídica contrária à situação irregular que consiste, à luz do ECA, em garantir legalmente todas as condições para que cada criança e adolescente brasileiro tenha assegurado seu pleno desenvolvimento físico, moral e espiritual (COSTA, 2006, p. 152);
- Doutrina da Situação Irregular – Doutrina jurídica de controle do delito juvenil que não se dirige ao conjunto da população infantojuvenil, mas apenas aos menores em situação irregular (carentes, abandonados, inadaptados e infratores). Nessa doutrina, além de estabelecer as mesmas medidas para menores infratores e não infratores, além das medidas previstas em lei, o juiz pode aplicar outras que lhe pareçam convenientes. Nesse sentido, o adolescente torna-se objeto de intervenção jurídica e social do Estado (COSTA, 2006, p. 15-16);
- Código de Menores – Legislação voltada à infância e juventude na vigência da Doutrina da Situação Irregular.



Por estarmos tratando de adolescentes, as medidas são uma ação do Estado relacionadas à sanção pelo delito cometido, mas, compreendendo que esse sujeito está em fase peculiar de desenvolvimento, os aspectos pedagógicos devem prevalecer, ou seja, as medidas devem ter caráter acima de tudo educacional. Esse sentido não está relacionado somente à escolarização, mas a uma educação que contribua para maturidade pessoal, afetividade e humanidade (direitos humanos: respeito e solidariedade). Nesse sentido, não podemos igualar as medidas socioeducativas com as leis penais destinadas a adultos, tendo em vista os princípios e fins serem diferentes.

Como citado acima, somente o juiz pode impor essas medidas, que devem seguir princípios de excepcionalidade e brevidade, aquelas em que há a restrição ou privação da liberdade.

O artigo 112 do ECA estabelece as medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que cometem ato infracional. São elas: I - Advertência; II - Obrigação de reparar o dano; III - Prestação de serviços à comunidade; IV - Liberdade assistida; V - Inserção em regime de semiliberdade; VI - Internação em estabelecimento educacional; VII - Além de qualquer uma das medidas previstas no artigo 101, I a VI.



Figura 6 - Dimensões da medida socioeducativa

As medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida são consideradas medidas em meio aberto, sendo os municípios responsáveis por sua execução. Já as medidas de semiliberdade e internação são consideradas medidas restritivas e privativas de liberdade, sendo sua execução de responsabilidade dos Governos Estaduais.

3.5.3 A POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA: A LEI SINASE

Como instrumento legal regulador da Política Socioeducativa Nacional determinando diretrizes claras e específicas na execução das medidas socioeducativas, foi sancionada a Lei nº 12.594, de 2012, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essa lei, que levou seis anos para sua aprovação, foi construída a partir do debate de diversos operadores das áreas da infância e juventude.

O SINASE, em linhas gerais, prevê a uniformização em todo o país do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, tendo como objetivo principal reafirmar o conteúdo do ECA acerca das medidas socioeducativas, que devem ter seu conteúdo pedagógico a fim de construir nos adolescentes novos e apropriados conceitos de vida em sociedade.

Essa lei apresenta diretrizes para as áreas administrativas, financeira, jurídica, bem como para a saúde, assistência social, educação, profissionalização e segurança, promovendo assim uma ação integrada entre todas as áreas. É importante destacar que essa integração envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução das medidas.

Em suma, as ações socioeducativas devem possibilitar aos adolescentes um espaço pedagógico que lhes favoreça pensar e criar possibilidades de superação das condições que os levaram a cometer o ato infracional. Tal postura é o que se espera, na medida em que se tem estabelecido o caráter eminentemente pedagógico das ações socioeducativas.



SAIBA MAIS

Indicação de documentário: *Juízo* (2007), disponível em: https://youtu.be/pW_GlqItlFI. O documentário acompanha a trajetória de jovens com menos de 18 anos de idade diante da lei. São apresentados meninas e meninos pobres entre o instante da prisão e do julgamento por roubo, tráfico, homicídio. Como a identificação de jovens infratores é vedada por lei, no filme eles são representados por jovens não infratores que vivem em condições sociais similares.

ATIVIDADE 3

Estamos finalizando este curso e é possível que você tenha ampliado seus conhecimentos acerca de aspectos referidos ao lazer, território e direitos humanos. Agora que já teve essa experiência com a vivência nos temas, aliado a sua prática cotidiana nos projetos, proponha um projeto educativo de práticas de esporte e lazer que respeite os direitos humanos, promovendo a inclusão, a participação comunitária e o desenvolvimento local.

SUGESTÃO DE RESPOSTA

Nesta atividade, espera-se que o aluno sistematize suas ideias acerca de todo processo de aprendizagem adquirido no curso, buscando correlações com sua prática profissional, de modo a qualificá-la. Partindo dessas reflexões, é esperado que ele proponha um projeto educativo de esporte e lazer que contemple as concepções definidas e defendidas pelos autores citados, assim como a promoção dos direitos humanos, levando o cursista a refletir acerca de seu papel enquanto garantidor de direitos e representante do poder público no fomento ao acesso qualitativo de esporte e lazer.



SÍNTESE

Nesta unidade tivemos a compreensão da política socioeducativa enquanto política de direitos humanos para adolescentes em conflito com a lei no Brasil. Compreendemos que para chegar a essa configuração foi necessário um longo processo histórico, baseado na promulgação de Normas Constitucionais que reconhecessem as crianças e adolescentes brasileiros como sujeito de direitos, inclusive os que cometeram atos infracionais. Como processo histórico, pudemos acompanhar a construção dessa concepção, baseando-se na compreensão de que todo ser humano é dotado de direitos e, ao longo da história da humanidade, essa prerrogativa vem se consolidando sendo a expressão formal, dada através das normas internacionais de direitos humanos, que estabelecem as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BARTHES, R. O que é o esporte. *Revista Serrote*, São Paulo, n. 3, p. 97-105, 2009.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição brasileira, 1988*. Art. 227. Brasília: Senado Federal, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/2YcnIB0>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. *Coleção de Leis do Brasil*, 22 out. 1945. Disponível em: <https://bit.ly/3yCRjQI>.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 jan. 2012.
- COSTA, A. C. G. da. *Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FAUSTINI, M. V. *Guia afetivo da periferia*. São Paulo: Aeroplano, 2009.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LARROSA, J. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Unesp, 1998.
- MATURANA, H.; REZEPKA, S. N. de. Formação humana e capacitação. In: _____. *Formação humana e capacitação*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MELO, V. A. de. *Dicionário do esporte no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- MELO, V. A. de. *Esporte e lazer: conceitos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- MELO, V. A. de. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: Ibrasa, 2003.
- MELO, V. A. de; DRUMMOND, E. de. A. J. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.
- NUNES, P. *Dicionário de Tecnologia Jurídica*. 13. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- OLIVEIRA, V. *Sistema socioeducativo: uma análise sobre as concepções dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.
- ONU. Resolução nº 44/25 que dispõe sobre a Convenção sobre os direitos das Crianças. ONU, 1989.
- RAMOS, A. de C. *Curso de direitos humanos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

- SILVA, E. F. (org.). *Direitos humanos e políticas públicas*. Curitiba: Universidade Positivo, 2014.
- SOUZA, J. *et al.* *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- VIANA, I. F. *Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer*. Editora UFMG, 2013.
- ZALUAR, A.; ALVITO, M. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SOBRE OS AUTORES

VICTOR ANDRADE DE MELO

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atua na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em História Comparada. É doutor em Educação Física e possui estudos de pós-doutorado nas áreas de estudos culturais, história e educação.

DIOGO SILVA DO NASCIMENTO

Professor da Educação Básica na Rede Municipal do Rio de Janeiro. É mestre em Educação e Comunicação em Periferias pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e doutorando em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

VIVIAN DE OLIVEIRA

Pedagoga e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é técnica em assuntos educacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

NEI JORGE DOS SANTOS JÚNIOR

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).